

CORUMBÁ CONCESSÕES S.A

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018**

CORUMBÁ CONCESSÕES S.A

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Corumbá Concessões S.A
Brasília

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Corumbá Concessões S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Corumbá Concessões S.A.** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para causas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades, para os quais foi provisionado o montante de R\$ 48.329 mil em 31 de dezembro de 2018.

A Companhia é também parte de procedimento arbitral iniciada por um de seus acionistas, conforme requerido pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o reconhecimento de um passivo contingencial e suas bases de mensuração devem levar em conta a opinião de seus assessores jurídicos e julgamentos realizados pela administração. Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a realização de testes de confirmação da totalidade dos escritórios de advocacia que são responsáveis pelos processos judiciais, administrativos e de arbitragem e obtenção de confirmação de informações, diretamente com esses escritórios, em relação à avaliação do prognóstico, aos principais dados das causas e ao valor atualizado das perdas estimadas.

O entendimento dos controles relacionados à identificação e à constituição de passivos, bem como às divulgações em notas explicativas.

Baseados nos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos que as políticas de reconhecimento dos passivos da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Ênfase

Partes relacionadas

Chamamos atenção para as Notas Explicativas nºs 12 e 15 das demonstrações financeiras, que descrevem que a Companhia mantém saldos e operações comerciais, bem como litígio arbitral, em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nelas descritas. Especificamente quanto ao assunto litígio arbitral (Nota Explicativa nº 15 - Arbitragem - "CAM-CCBC"), a disputa foi iniciada em julho de 2017, quando a acionista Serveng solicitou da Companhia a incidência de correção monetária e juros legais (IGPM-FGV + 1% a.m.) sobre os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital ("AFACs") que a mesma acionista realizou no período de 2006 a 2008, no montante histórico de R\$ 38.195 mil. A Companhia, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos externos, entende que a probabilidade de perda dessa demanda é possível e definiu pelo não provisionamento do valor no montante de R\$ 165.084 mil, referente a juros e correção monetária, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018. Nosso relatório não está ressalvado em relação a esses assuntos.

Outros assuntos

Saldos correspondentes comparativos

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparabilidade, foram auditadas por outros auditores independentes e emitiram relatório de auditoria em 28 de fevereiro de 2018 sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

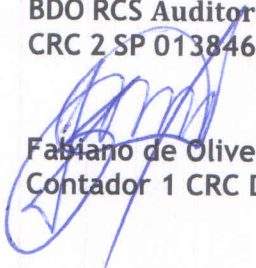
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília. 21 de março de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1



Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador 1 CRC DF 015827/O-3



Corumbá Concessões S.A.
Relatório da administração
Dezembro de 2018

Relatório da administração 2018

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., e ao público em geral as Demonstrações Financeiras da Corumbá Concessões S.A. ("Concessionária"), com as respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Considerações gerais:

O ano de 2018 se mostrou, como previsto no Plano de Negócios da Companhia, um ano de retomada da sua lucratividade com bons projetos e iniciativas. Como será visto adiante, a Companhia fechou o ano com lucro líquido de mais de quarenta milhões de reais, representando um retorno sobre o capital próprio (ROE da sigla em inglês) de quase 21% e propõe pagamento de dividendos de acordo com o previsto no Estatuto Social, em valores bem superiores aos registrados nos últimos exercícios. Ainda, no que diz respeito à destinação do lucro do exercício, a Companhia propõe reserva de lucros a realizar para possibilitar mais à frente, quando o caixa permitir, a distribuição complementar dessas reservas. Sua capacidade de cobertura dos encargos da dívida superou a marca de 3,2 vezes, ao mesmo tempo que registrou uma parcial recuperação da afluência hídrica em sua bacia em 2018, com uma afluência média de quase 60% do ideal (média de longo prazo esperada - MLT). A Geração Operacional de Caixa da Companhia nesse ano foi integralmente suficiente para fazer face ao serviço da dívida (encargos e amortizações) bem como pagamento de impostos e dividendos. A Companhia continuou a investir em seus projetos ambientais e sociais bem como atendeu com excelência suas condicionantes ambientais previstas em sua L.O. (Licença de Operação), como veremos mais a frente, o ano de 2018 foi ímpar nesse quesito, onde a Companhia participou e chegou a concorrer a prêmios no 8º Fórum Mundial da Água.

O setor elétrico (principalmente os agentes do ACL- Ambiente de Contratação Livre) continua com passivo bilionário na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia) ainda a ser equacionado pelo recém empossado governo, mas esse fato, que se reflete na inadimplência das liquidações financeiras superavitárias no âmbito da CCEE, ao final do ano não teve efeito sobre a Companhia uma vez que a mesma ainda fechou o exercício registrando pequena despesa com as liquidações de curto prazo, portanto nada tendo a receber. O GSF ("Generation Scaling Factor") de Mercado e o GSF de Repactuação fechou o ano de 2018 ainda com uma média de 84% e 82% respectivamente, isto é, uma redução da energia assegurada comercialmente disponível em cerca de 15%, ao passo que o PLD registrou, no mesmo período, um valor médio de R\$ 288,4/MWh, um pouco maior que o previsto inicialmente no Plano de Negócios. Não obstante essas variáveis ainda impactarem as despesas com compra de energia para a Companhia, no ano de 2018 registramos uma redução das mesmas em aproximadamente 50% em relação ao ano anterior (2017).

Em janeiro desse ano, fruto da Revisão Ordinária da Garantia Física de todas as usinas hidroelétricas do país, levada a efeito pelo MME (Ministério das Minas e Energia) e EPE (Empresa de Pesquisa Energética), a Companhia, que havia elevado sua garantia em +2,6 MW em final de 2017, observou uma redução de -3,4 MW em sua garantia física. O resultado líquido, portanto, foi uma redução em 2018 de -0,8 MW, levando a sua garantia de 76 MW para 75,2 MW. Não obstante essa redução, a Direção da Companhia já em 2018 finalizou estudos técnicos que irão permitir uma retomada de parte dessa redução da garantia

física. Através de estudos e medições técnicas da curva de colina/rendimento dos geradores já foi iniciado na ANEEL e MME demanda para revisão extraordinária da garantia física da Usina.

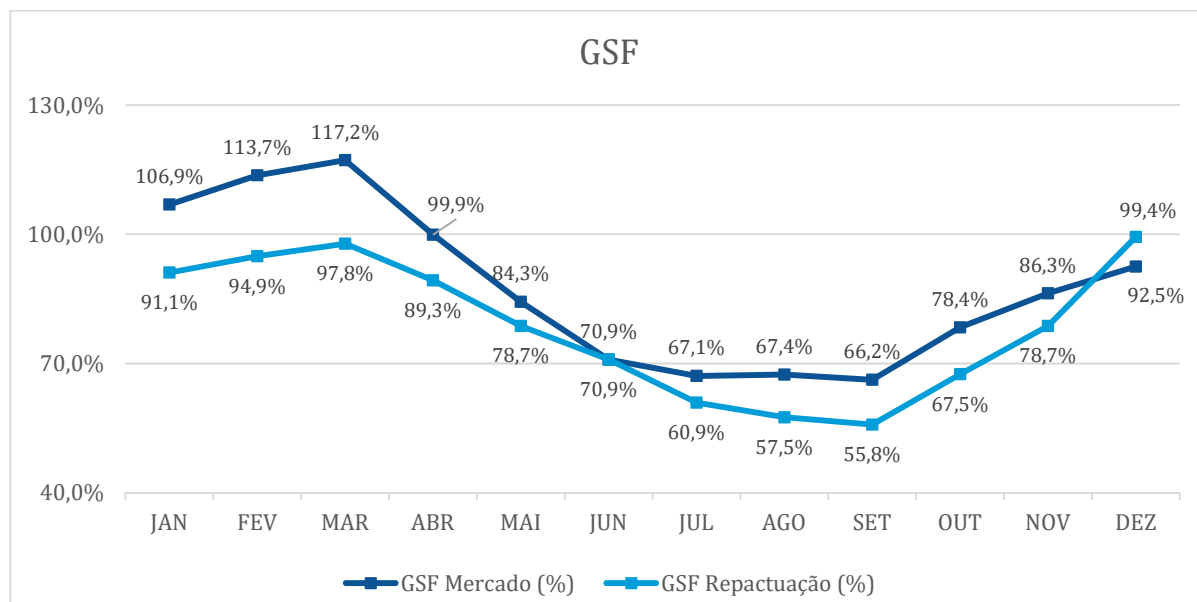
Ainda no que se refere a iniciativas e projetos bem-sucedidos nesse ano cumpre-nos assinalar que, através de planejamentos fiscais validados, logramos economizar para a Companhia cerca de 4 milhões de reais no caixa. No final do ano obtivemos, em reunião na ANEEL, indicação positiva para ajuste retroativo da Modulação da energia, que a ANEEL/CCEE estava fazendo de forma diversa do perfil “flat”. Esse recálculo retroativo será oficialmente validado no início de 2019 e trará benefícios comerciais/financeiros para a Companhia (ainda a ser calculado pela CCEE).

No eixo de gestão das contingências, a Companhia observou alguns andamentos bastante positivos em diversas causas judiciais. O sucesso no Agravo de Instrumento no processo nº 0709707-86.2017.8.07.0000 do caso Corumbá / Saneago, tende a voltar o risco da contingência para o real objeto inicialmente discutido (apenas a captação de água) bem como o valor envolvido ao projeto inicialmente previsto no edital da Saneago. A ação de reequilíbrio econômico/financeiro da Concessão (Ação ordinária nº 1019448-63.2017.4.01.3400) em face da ANEEL e MME já está em fase de especificação de provas, tendo a Companhia publicado sua réplica nesse ano com sólidos argumentos a seu favor. Por sua vez, foi iniciado em 2018 ação judicial da Companhia em face do IBAMA para obtenção de tutela provisória contra a determinação do mesmo de construção pela Companhia de ponte na GO425. Obtivemos sucesso em primeiro plano na tutela provisória e a ação está em andamento, porém, em paralelo, e de forma a apresentar uma solução barata, rápida e que mantenha uma boa relação com IBAMA, a Diretoria da Companhia e o departamento de Meio Ambiente foram recebidos pela presidente do IBAMA para discutir alternativas à onerosa ponte. Foi aventada a proposta de implementação de uma balsa para travessia no local, reduzindo drasticamente os custos. Essa solução teve sinal preliminar positivo do IBAMA bem como do Ministério Público Federal, porém restam tratativas com a AGETOP para a operação da proposta de solução.

A baixa hidraulicidade verificada em 2017, que refletiu em uma afluência local média de cerca de 44% da MLT não se repetiu em 2018. Nesse ano observamos uma recuperação da afluência para níveis médios de 77 m³/s, sendo aproximadamente 59% da Média de Longo Termo (MLT). Essa relativa melhora hídrica permitiu que a geração de energia local (e nacional) fosse maior que o ano anterior, mantendo-se os níveis do reservatório sempre em valores médios esperados. A maior cota observada foi de 842,4 metros em março de 2018 e a menor cota foi registrada em outubro de 838,3 metros, longe de atingir a cota mínima de 837. A geração local da Usina em 2018 se situou em cerca de 56% da garantia física global ou 61% da sua garantia física local (fora a garantia física do ganho em cascata).

Em se tratando do Mercado Nacional (que afeta a todos) O GSF médio de Mercado (real) em 2018 se situou na faixa de 84% (redução da energia em 16%) ao passo que o GSF de Repactuação foi de cerca de 82%. Porém, mais importante que os valores médios do ano, é como eles se comportam ao longo dos meses e seus eventuais descolamentos entre si (GSF de Mercado e Repactuação) vis a vis sempre o PLD (preço de liquidação das diferenças) respectivo. Convém deixar registrado mais uma vez que as despesas com compra de energia em 2018 foram reduzidas à metade do ano anterior e que, a Companhia, através do seu Comitê de Comercialização, com compras no Mercado Livre, conseguiu evitar custos de cerca de R\$ 350 mil reais nesse ano, através de contratos bilaterais para fazer face a eventuais montantes a descoberto, mesmo após o hedge de 8 MW contratado para 2018. Em se tratando do hedge retrocitado (8 MW) é mister atentar que o mesmo, com o preço de 248,17/MWh foi menor que o PLD médio do ano de R\$ 288,4/MWh, representando um “upside” de valor para a Companhia nesse exercício.

Curvas de GSF do MRE (sistêmico/Mercado) versus o GSF para Repactuação do Risco Hidrológico



GSF Mercado média 2018 84,4%
 GSF Repactuação média 2018 81,7%

Vale lembrar que sempre, em face do “seguro de risco hidrológico” contratado pela Companhia no produto “SP90”, a curva de compensação dos efeitos do GSF de Mercado para a Companhia é aquela curva relacionada ao GSF de Repactuação, onde, valores de GSF de repactuação maiores que o GSF de Mercado acabam por penalizar a Companhia com compensações menores. Existe uma “ineficiência” dessa compensação para o atingimento do risco máximo de 10% da garantia física (em face do produto SP90) que em algumas vezes chega a atingir a 30% de ineficiência. No ano de 2018 esses valores de ineficiência foram bastante menores do que aqueles registrados em 2017, o que, associado a PLD também menores fizeram com que as liquidações financeiras fossem menos onerosas nesse ano. Para 2019, por unanimidade no Comitê de Comercialização foi determinado a contração de hedge energético de cerca de 10% da garantia física (7,5 MW) para fazer face ao principal risco assumido no SP90 e as perdas técnicas.

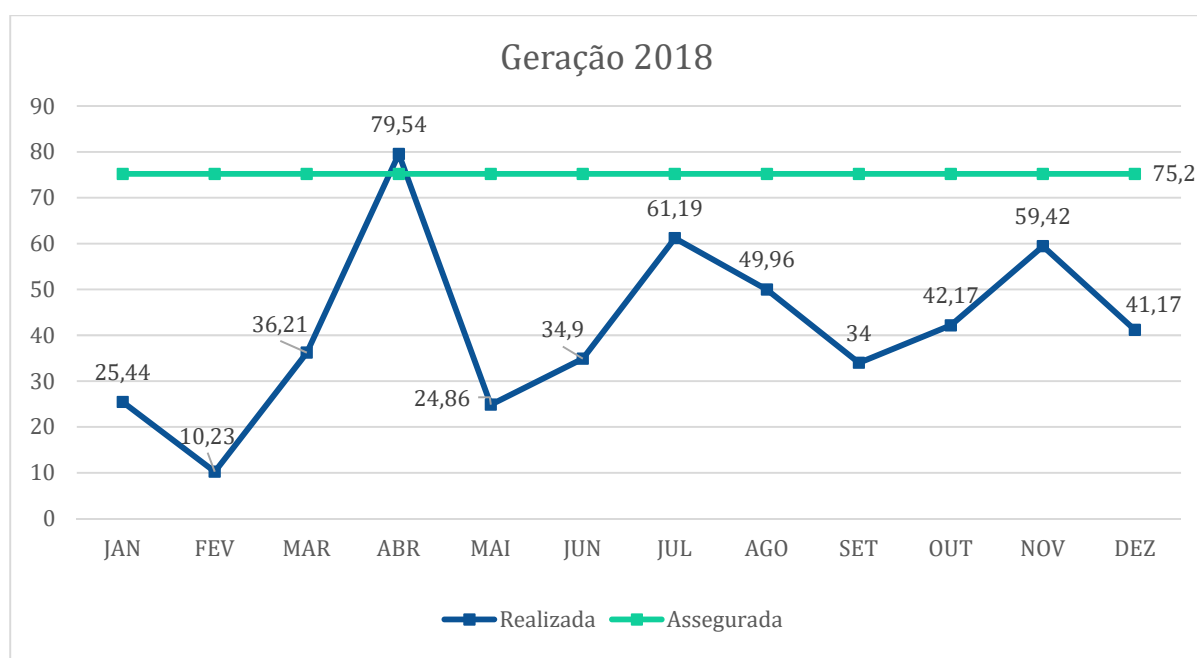
Em se tratando de afluência no reservatório da Companhia, como podemos observar no quadro seguinte, apesar de registrarmos uma discreta melhora em relação aos últimos 4 anos, fechando o ano com uma média de cerca de 60% de afluência vis a vis a média histórica, contra médias inferiores nos últimos anos, essa melhora não foi integralmente suficiente para mudar a faixa de despacho (geração) para patamares superiores ao valor da própria afluência verificada. Nesse sentido a geração despachada foi percentualmente semelhante a afluência, se situando em torno de 61% do requisito médio de geração local (68,8 MW médios mensais) anuais.

Histórico de Afluência (Vazão m³/s Rio Corumbá)													
Vazão Histórica 1931 a 2015	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Média Anual
2006	141	171	262	280	130	86	72	56	51	142	170	263	151
2007	327	355	194	160	97	69	50	39	33	32	62	139	130
2008	170	269	275	217	103	75	55	43	41	38	65	153	125

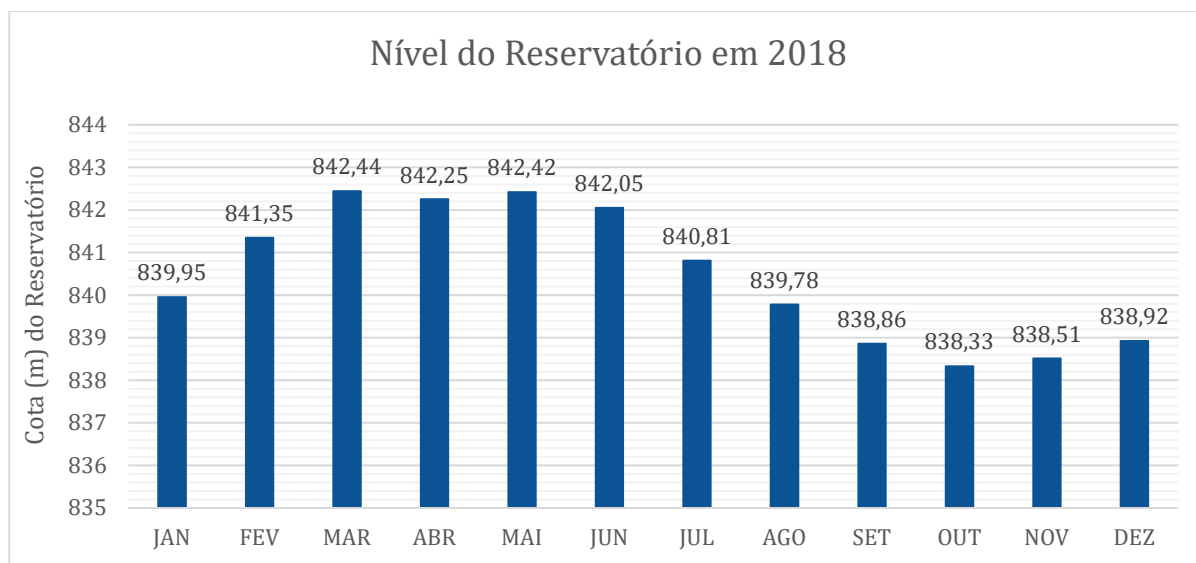
Histórico de Afluência (Vazão m ³ /s Rio Corumbá)													
2009	153	217	164	234	146	89	65	56	61	96	116	224	135
2010	214	144	168	155	75	56	45	35	26	53	90	216	106
2011	222	188	206	151	102	63	49	35	27	59	82	141	110
2012	249	203	150	128	83	64	46	35	36	31	45	86	96
2013	222	176	155	240	103	73	47	31	30	65	75	157	115
2014	122	136	264	274	114	72	50	37	31	23	62	123	109
2015	52	89	169	187	106	61	45	25	17	25	45	53	73
2016	158	121	144	54	40	29	24	18	19	25	76	77	65
2017	75	128	92	83	52	30	20	20	13	10	40	128	58
2018	102	126	136	119	59	40	28	22	17	47	120	104	77

Muita chuva	Boa Afluência
Neutro	Afluência Normal
Pouca chuva	Baixa Afluência
Crítico	Baixíssima Afluência

O gráfico abaixo nos mostra o perfil da geração ao longo do ano, lembrando também que não é somente a afluência verificada no reservatório que explica o perfil do despacho da Usina, mas a carga de Brasília também tem efeito relevante nos despachos que o Operador Nacional do Sistema (ONS) efetua, uma vez que a Usina fica muito próxima do centro de carga, servindo como estabilizador da mesma. Sem falar da influência sabida do despacho de fontes de energia “intermitentes” (eólicas e solares).



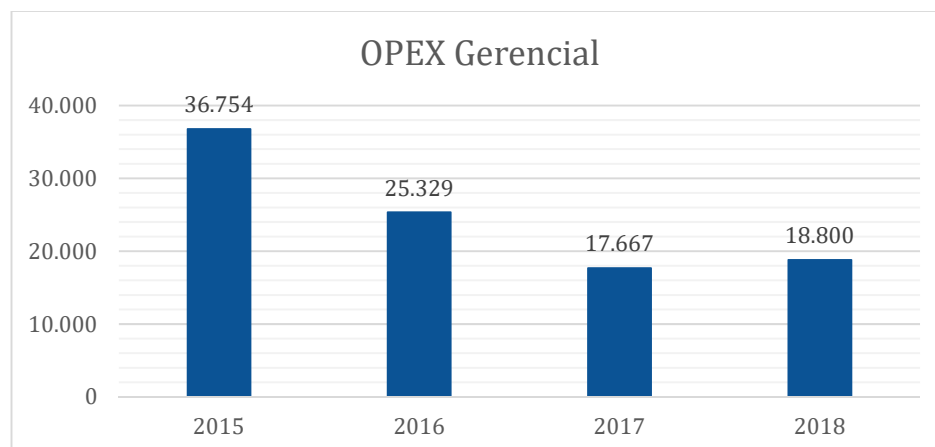
Média de Geração: 41,63 MW



A partir da performance integral das receitas do PPA com a CEB Distribuição (R\$ 171.256 mil), seguindo com as compras de energia em menores patamares, associadas ao eficiente custeio gerencial (cerca de 11% do faturamento – ex compra de energia e regulatórios), a Companhia registrou uma margem EBITDA de R\$ 111.010 mil (mais de 65%), pouco menor que o orçamento previsto (69%). Essa diferença é explicada por maior PLD observado nas liquidações financeiras versus aquele previsto, principalmente no segundo semestre de 2018.

De forma a cumprir as metas do Plano de Negócios 2018, alavancar os resultados econômicos já penalizados pela reduzida geração hídrica, demais condições de Mercado já comentadas e pelos desembolsos de caixa para o serviço da dívida bancária, bem como cumprir as diretrizes do Conselho de Administração, a Companhia continuou focada em sua trajetória de redução de custos gerenciais. Vide gráfico que segue. Os custos gerenciais são aqueles que estão mais diretamente ligados a gestão da Companhia no dia-a-dia, excluindo-se provisões, baixas puramente contábeis e compra de energia que está fortemente ligada aos fatores de Mercado/Setoriais já comentados. Apesar de no ano de 2018 termos voltado a investir mais fortemente na manutenção dos equipamentos da Usina (já sem grandes intervenções desde 2015), o OPEX gerencial de 2018 foi cerca de -31% menor do que aquele registrado em 2015 em termos nominais (-52% menor em termos reais) e maior que 2017 em apenas cerca de 6% nominais, sendo menor que a inflação para o período e influenciado em grande parte por alguns gastos com advogados ad-hoc (peritos, pareceristas) bem como os já mencionados reforços de segurança na usina.

Em se tratando ainda de custeio, apesar da atenção especial à renovação da Licença de Operação em 2019/2020, é previsto no Plano de Negócios aprovado uma redução do OPEX gerencial para 2019 em cerca de -3% em termos nominais (fora inflação prevista de mais de 8%), mantendo assim o compromisso com a eficiência em custos.



A Geração Operacional de Caixa no ano foi integralmente suficiente para cobrir o serviço da dívida relacionada às debêntures (R\$ 99.998 mil) e demais despesas com impostos e dividendos, findando o ano com pequeno saldo positivo. Com a futura redução do serviço da dívida (dado às amortizações constantes) prevemos uma gradual retomada do caixa para os próximos exercícios.

Fica evidente no gráfico de custeio gerencial (fora compra de energia que já foi comentada em tópico anterior) uma redução importante desde 2015, o que demonstra o esforço conjunto da Administração da Companhia rumo a excelência de custos, que, contudo, já em 2015, se situava em patamares (percentual da receita) semelhantes a outras empresas do setor, principalmente se levarmos em consideração a grande proporção do reservatório da Usina (173 km² e mais de 900 km de margem) em relação a energia ali produzida (75,2 MW).

Essa dimensão do reservatório, ao longo de sete municípios, se reflete em maiores pressões de custos relacionados às cerca de 23 condicionantes ambientais (PBA's), que, contudo, estão sendo otimizadas em seus montantes absolutos e cumpridas tecnicamente tendo em vista a futura renovação da Licença de Operação. (L.O.). De uma forma geral observamos uma redução nos gastos nesses itens.

A partir dessa realidade de retomada do lucro, contando com a trajetória prevista das variáveis econômicas (SELIC, IGPM, IPCA) e de Mercado (GSF, PLD, ...) projetadas, vislumbra-se margens líquidas acima de 30% para os próximos anos e uma curva ascendente de disponibilidade de caixa, mesmo após a realização eventual de algumas contingências passivas. Todos esses elementos foram dispostos e aprovados no Plano de Negócios 2019-2021, gerando perspectivas positivas para os anos futuros.

O quadro resumo abaixo explicita a melhora de alguns indicadores de rentabilidade e endividamento, todos eles associados à retomada da lucratividade:

	2018	2017
ENDIVIDAMENTO GERAL (PC+ELP/TOTAL PASSIVO)	70%	76%
CAPITAL TERCEIROS S/RECURSOS PROP (PC+ELP)	2,31	3,14
COBERTURA DE JUROS (EBITDA/JUROS DÍVIDA)	3,20	1,44
DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA 12 Meses	2,60	4,97
ROE (Lucro Líquido 12 Meses/EQUITY)	21%	4%

Presente no Plano de Negócios 2019-2021, a Administração propôs como meta para o período o desfecho do “projeto” de aumento da potência local das Unidades geradoras, que, em primeira análise, tem o potencial de aumentar a potência de 127 MW através da mudança do ponto de operação das turbinas

comprovando o melhor rendimento das mesmas. Já foram iniciadas as tratativas sobre esse tema na ANEEL. Da mesma forma, como meta a se desenvolver nesse período, ressalta-se a ação judicial do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro da Concessão, que iniciada em dezembro de 2017, tem como meta recuperar o valor do negócio que a Companhia perdeu em função de atrasos na entrada em operação comercial e demais sobrecustos não previstos, que, de forma geral, já foram considerados pela ANEEL, como excludente de responsabilidade, como relatado a seguir.

No que concerne ao pleito impetrado na ANEEL, desde 2011, de Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 93/2000-ANEEL, através da dispensa dos pagamentos relacionados ao Uso do Bem Público (UBP), como forma de ressarcimento, bem como o pleito de recomposição do prazo de Outorga solicitado na mesma oportunidade, baseado no reconhecimento da excludente de responsabilidade no atraso da obra, a ANEEL, emitiu Nota Técnica (nº 898/2016-SCG/ANEEL), em 13 de dezembro de 2016, recomendando para aprovação em Diretoria o seguinte:

(i) o reconhecimento do período de 479 dias, referente ao atraso na entrada da UHE Corumbá IV, como de excludente responsabilidade da Concessionária, (ii) o aditamento ao Contrato de Concessão nº 93/2000 a fim de postergar a o prazo de concessão da outorga da usina por igual período e (iii) o indeferimento do pedido de liberação da obrigação decorrente da Cláusula Sexta do Contrato de Concessão nº 93/2000, referente ao pagamento pelo UBP.

A recomendação positiva em relação ao item “i” e “ii” se baseou na publicação, em 18 de novembro de 2016, da Lei nº 13.360 que tratava da possibilidade de postergação do prazo de outorga em caso de reconhecida excludente responsabilidade do empreendedor por atraso na implantação de empreendimento de geração. Esse reconhecimento de excludência já havia sido vislumbrado por meio da Nota Técnica nº 330/2011-SCG/ANEEL, de 16 de setembro de 2011, ocasião na qual a SCG avaliou a ocorrência de caso fortuito ou de força maior que tivesse motivado o atraso na entrada em operação comercial do empreendimento, concluindo pela excludente de responsabilidade do empreendedor no que tangia a definição do órgão ambiental responsável pelo licenciamento ambiental da UHE Corumbá IV.

A Nota técnica nº 898/2016-SCG/ANEEL, acima referida, foi objeto de votação em Diretoria da ANEEL em 31 de janeiro de 2017 tendo sido acatada integralmente. Através do Despacho ANEEL número 283, todas as recomendações da SCG foram aprovadas, dilatando-se o prazo da Concessão da Companhia em 438 dias, como previsto no voto do relator, deslocando o final do mesmo para 24 de maio de 2037. A decisão retrocitada foi publicada no Diário Oficial da União em 02 de fevereiro de 2017, reforçando e consubstanciando a tese de excludência de responsabilidade no atraso da entrada em operação comercial.

No que concerne ao indeferimento do pedido de liberação da obrigação decorrente da Cláusula Sexta do Contrato de Concessão nº 93/2000, referente ao pagamento pelo UBP, a Companhia, com auxílio do seu corpo técnico e advogados externos, montou processo completo de provas e argumentos, evidenciando todos os sobrecustos associados ao atraso da obra (excludente de responsabilidade) e imputações extras de órgãos ambientais, e deu entrada em petição judicial, na 1ª Vara Cível Federal, de “ação pelo rito comum”, com vistas ao reequilíbrio econômico-financeiro da Concessão, agora solicitando, além do não pagamento da UBP mas também, adicionar 4.117 dias ao prazo da Concessão bem como indenização para fazer face aos demais valores de sobre custo. Ao longo de 2018 foram apresentados a petição inicial da Companhia, com a juntada de várias provas, em seguida foi apresentada contestação pela União e ANEEL seguida de réplica da Companhia baseado em sólidos argumentos. Nesse momento foi determinado que a União e a ANEEL indicassem as provas a serem produzidas. A ANEEL informou que não possui provas e a União ainda não se manifestou.

No tocante ao cenário macroeconômico nacional, observamos em 2018 uma manutenção da taxa básica de juros da economia (SELIC meta), em 6,5% ao ano desde março até o final do ano. Essa manutenção da taxa de juros de referência foi oportunizada pela redução drástica das taxas de inflação, bem como pela necessidade de dinamizar a economia nacional, recuperando a mesma de um longo período de recessão. A taxa SELIC menor reflete em uma taxa CDI mais reduzida e torna o endividamento da Companhia menos oneroso, voltando aos patamares previstos na montagem da operação de alavancagem em 2014, uma vez que suas debêntures são atreladas ao CDI (128% do CDI). Ao mesmo tempo que o índice de inflação oficial do governo fechou em patamares menores que 4%, o IGPM, índice que reajuste o PPA da companhia em abril, fechou o mesmo período em cerca de 7,5%, apresentando importante descolamento que servirá para impulsionar o reajuste do preço da energia fornecida pela Companhia em 2019.

No que diz respeito ao Plano de Negócios 2019-2021, o mesmo foi aprovado por unanimidade na 10ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, em 19 de dezembro de 2018.

No tocante a taxa de disponibilidade da Usina, a mesma, medida pelo ONS é esperada que se situe no patamar de 87%, valor estipulado pela ANEEL.

A taxa de disponibilidade média da Companhia caiu no ano de 2018 devido a manutenção forçada na palheta diretora 18 da unidade geradora 01 no mês de agosto, contribuindo para o aumento da indisponibilidade forçada e consequente queda na disponibilidade.

Como vimos a necessidade de realizar a mesma manutenção da palheta diretora 18 nas demais palhetas, num total de 24 unidades, no mês de dezembro fizemos a manutenção que veio a contribuir para o aumento da indisponibilidade programada e consequente queda na nossa disponibilidade.

Dessa forma, a disponibilidade de Corumbá IV ficou no patamar de 93,34%, ainda acima dos valores estipulados na faixa da ANEEL, lembrando que há pelo menos 3 anos não fazíamos nenhuma manutenção nas unidades geradoras, o que contribuiu para o defeito encontrado na palheta diretora.

Histórico dos Índices de DISP e INDISP													
Índices/Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Disp.	-x-	-x-	92,2	97,94	95,16	93,37	93,98	96,32	95,33	97,15	99,86	99,19	93,34
Indisp. MF	-x-	-x-	0,44	0,25	0,03	0,75	5,75	0,14	0,09	0,10	0,02	0,04	1,80
Indisp. MP	-x-	-x-	7,37	1,81	4,82	5,88	0,27	3,55	4,59	2,73	0,12	0,75	4,84

X: Índices não apurados pela ONS

DISP: Disponibilidade de Unidades Geradoras e Linhas de Transmissão.

INDISP. MP: Indisponibilidade por Manutenção Programada de Unidades Geradoras e Linhas de Transmissão.

INDISP. MF: Indisponibilidade por Manutenção Forçada de Unidades Geradoras e Linhas de Transmissão.

Os demais parâmetros operacionais na Usina e da Linha de Transmissão se situaram dentro dos padrões esperados, apesar das manutenções corretivas e preventivas realizadas no ano de 2018. O monitoramento de estabilidade da barragem continua apontando a mesma dentro dos padrões de segurança esperados, sem observações relevantes, sendo inclusive utilizada pelas seguradoras como referência de estabilidade, reduzindo o prêmio pago nos seguros de risco operacional. Nesse quesito registramos em 2018 a substituição de 6 piezômetros que estavam defeituosos por outros (tipo “casa grande”) aumentando ainda mais a confiabilidade do monitoramento da estrutura da barragem.

Registramos ainda, no âmbito da Usina as seguintes ações relevantes:

- Realização de manutenção preventiva nas palhetas diretoras da unidade geradora 01 diminuindo o risco de indisponibilidade;
- Upgrade do sistema WinCC de operação das unidades geradoras - em teste;
- Manutenção preventiva geral na subestação 138kV com previsão para 10 dias e realizado em 5 dias.
- Instalação de novos piezômetros na barragem de terra melhorando a confiabilidade das leituras e segurança da barragem;
- Revisão do Plano de Segurança da Barragem conforme RN ANEEL 696/15;
- Protocolado junto à ANEEL o pedido de aumento de energia.

Em 2018, a Corumbá concluiu o projeto de P&D “Previsão do Processo de Degradação dos Conjuntos Turbo Geradores das UHEs com Base em Diagramas de Estado: Análise das Contingências e Oscilações de Cargas na Região Geoelétrica”, vinculado ao tema de pesquisa “Operação de Sistemas de Energia Elétrica”. Este projeto, com duração de 30 meses e investimento de R\$ 1.426.577,96 resultou, em termos de capacitação profissional, em 02 mestrados. Em termos de Produção Técnico-Científica, foram 05 (cinco) produções a saber:

Em Periódico Internacional:

- 01 artigo “Bearing Diagnostics of Hydro Power Plants Using Wavelet Packet Transform and a Hidden Markov Model with Orbit Curves”, publicado na revista “Shock and Vibration”, em Londres – Reino Unido.

Em Periódico Nacional:

- 01 artigo “Aplicação do modelo ARMA na modelagem de séries vibracionais provenientes do mancal guia de uma usina hidrelétrica”, publicado no “Cadernos do IME - Serie Estatística”, no Rio de Janeiro – RJ.

Em Anais de Eventos Nacionais:

- 01 artigo “Diagnóstico de mancais guia utilizando transformada wavelet e curvas de órbitas e modelos ocultos de Markov”, apresentado no “III CMDT”, em Belo Horizonte – MG.
- 01 artigo “Aplicação do modelo ARMA na modelagem de séries vibracionais provenientes do mancal guia de uma usina hidrelétrica”, apresentado no “XXV SIMPEP”, em Bauru – SP.

Em Anais de Eventos Internacionais:

- 01 artigo “BEARING DIAGNOSTICS OF HYDRO POWER PLANTS USING WAVELET PACKET TRANSFORM AND A HIDDEN MARKOV MODEL WITH ORBIT CURVES”, apresentado nos anais do “VI LATIN AMERICAN WORKSHOP ON OPTIMIZATION AND CONTROL”, em Quito – Equador.

O produto deste projeto, dentre outros, reduz o risco de indisponibilidade de geração da usina por paradas programadas e não programadas, melhorando os índices estatísticos gerenciados pela ONS e mitigando o risco de revisão do valor concedido da energia garantida do empreendimento pela ANEEL. Após a execução do projeto, estima-se que as paradas serão realizadas a cada dois anos, ao invés de uma parada anual por máquina.

Além disso, no ano 2018 foi aberta chamada para captação de novos projetos de P&D, visando a seleção de um projeto para início de execução a partir do segundo trimestre de 2019.

A Companhia, em linha com as melhores práticas de recursos humanos e ciente de que o seu valor é potencializado através dos seus colaboradores, deu continuidade ao desenvolvimento e valorização da sua

9 de 23

equipe, seja investindo em treinamento (cerca de 1.158 horas em 2018 1.420 horas em 2017), seja compartilhando resultados ou mesmo enfatizando o aperfeiçoamento dos seus processos de Administração de Pessoas.

Ressalta-se em 2017/18 a atualização e mapeamento/registro dos principais processos de trabalho da Companhia, documentando-os em formato de workflow, de forma a reforçar a padronização de atuação nas principais atividades que a Companhia atua, através dos seus colaboradores.

Em consonância com estes valores, promoveu ainda o Programa de Educação Ambiental para o Trabalhador (216 horas de capacitação ao todo) com renomados profissionais, capaz de fomentar o pensamento sustentável e ambientalmente correto dentro da Companhia. Várias outras ações sustentáveis envolvendo os colaboradores também foram implementadas ao longo do ano na Companhia, criando uma cultura de preservação e mudança de mentalidade no âmbito dos seus colaboradores e família.

Comprometida com a preparação e capacitação do jovem no mercado de trabalho, a Corumbá Concessões mantém programas de aprendizagem e estágio em seu quadro de colaboradores, capacitando os jovens com conhecimento técnico e desenvolvimento de importantes habilidades para o sucesso de sua carreira profissional.

Sensibilizada com as campanhas nacionais de imunização promovidas pelo Governo Federal, a Corumbá Concessões convida e oferece a todos os seus trabalhadores as vacinas obrigatórias pelo calendário oficial além de manutenção das vacinas contra Hepatite A e Febre Amarela para 100% da equipe da área de Meio Ambiente e Bacia Hidrográfica.

Ainda em conformidade com a promoção de saúde e diversidade da equipe, todas as gestantes, colaboradoras ou dependentes legais, também têm acesso gratuito a um programa especial que oferece orientação e tira todas as dúvidas do período gestacional e pós-parto.

Em adição às ações citadas anteriormente, não se pode perder de vista as seguintes ações qualitativas implementadas e/ou continuadas nesse exercício:

- Pilotagem das demandas fundiárias sem maiores custos para a Companhia;
- Início do Projeto técnico de flexibilização da APP de 100 metros a ser proposto para o IBAMA e, caso positivo, seja reduzida a APP para 30 metros;
- Realizado diagnóstico do nível de atendimento às condicionantes ambientais previstas na Licença de Operação;
- Pronto atendimento a diversas demandas dos Acionistas;

A Administração, por fim, acredita que com a continuidade da trajetória de eficiência nos gastos, a projeção de estabilização das variáveis de Mercado/hidrologia e, principalmente, focando no trabalho dedicado de condução da Companhia ao longo dos desafios regulatórios e jurídicos que se avizinham, a mesma manterá a retomada da sua trajetória de lucratividade iniciada em 2016/17 e alavancada em 2018. Sempre atentos às oportunidades comerciais para minimizar possíveis efeitos negativos de uma nova baixa disponibilidade hídrica, da mesma forma, a Companhia através de suas diversas instâncias de governança corporativa continuará a zelar pela excelência técnica bem como a manutenção das melhores práticas.

O atendimento aos Programas Ambientais preconizados em sua Licença de Operação (LO), da mesma forma, seguirão sendo cumpridos, com estrito senso de manutenção do bom relacionamento e eficiência da Companhia com a Sociedade, o meio ambiente e os órgãos de fiscalização.

Testes de “impairment”:

Como veremos também nas notas das demonstrações financeiras que seguem, em linha com o previsto na CPC 01, a Administração, mesmo julgando desnecessária a reavaliação de seus ativos não financeiros, procedeu com a análise do valor presente da projeção dos fluxos de caixa gerados pela Companhia, chegando a valores até mesmo superiores àqueles contabilizados no seu imobilizado.

Seguindo-se ainda a CPC 01 no seu item 10 (que lista os principais indicadores de “impairment”) a Administração ressalta no caso prático:

A - Principais Indicadores Externos de “impairment”:

- (i) O valor de mercado de um ativo diminuiu sensivelmente: Não se aplica;
- (ii) Mudanças significativas com efeito adverso sobre a Concessionária ocorreram no ambiente tecnológico, de mercado, econômico, legal no qual a Concessionária opera ou no mercado para o qual é utilizado o ativo: De forma conservadora, como já explicitado, mesmo a MP 579 e a Lei 12.783/2013 não alcançar a Companhia, o valor em uso (avaliados pela sua geração futura de caixa) dos seus ativos está corretamente contabilizada.
- (iii) As taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período: A Administração entende que o que aumentou no mercado foi a percepção de risco em alguns setores, o que não se aplica no setor de energia elétrica;
- (iv) O valor contábil do patrimônio líquido da Concessionária é maior do que o valor de suas ações no mercado: Não se aplica.

B - Principais Indicadores Internos de “impairment”:

- (i) Evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo: Não se aplica;
- (ii) Mudanças significativas, com efeito adverso sobre a Concessionária, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na medida ou maneira em que um ativo é ou será utilizado: Não se aplica;
- (iii) Evidência, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado: Não existe evidência.

A Concessionária continua investindo nas melhores práticas de governança corporativa, na mitigação e controle de riscos operacionais, trabalhistas, ambientais e financeiros. Os seguintes institutos são perenes na Concessionária:

- Comitê de Riscos (trimestral): Fórum de discussão, análise e decisão acerca das estratégias frente às contingências cíveis e/ou trabalhistas;
- Processo de Compras e Contratação: Implantado e em funcionamento “workflow” informatizado de compras e aquisições e relacionamento com Fornecedores, visando a transparência, redução de custos e imparcialidade no relacionamento com os Fornecedores. Inclui Banco de dados de contratos para maior gestão e rapidez na tomada de decisões.
- Divulgação via Intranet para os acionistas, empregados e Fornecedores dos documentos pertinentes a cada parceiro da Concessionária, incluindo normas, documentos societários, demonstrações financeiras, entre outros.
- Mapeamento anual na Usina, com vistas aos seguros operacional e cível, dos diversos riscos físicos envolvidos nas operações rotineiras associados a cada estrutura ou equipamento, principalmente as grandes estruturas.
- Grupo ambiental: Reuniões mensais para análise, discussão e desenho de estratégias de atuação na área socioambiental. Incluindo ainda a coordenação dos projetos de DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável).
- Comitê de Comercialização: Proposto a formatação deste Comitê em 2017, implementado em 2018. Visa a discussão e recomendação das melhores práticas comerciais para deliberação no Conselho de Administração.

À título de nota, é importante frisar ainda que em 2018, a Concessionária, através de seus advogados bem como com o acompanhamento do Comitê de Riscos, fez a gestão dos riscos jurídicos contingentes, subsidiando com informações os eventuais ajustes nas provisões para esses riscos de acordo com a NPC 22.

Meio Ambiente

Visando atender as condicionantes estabelecidas na Licença de Operação (LO) nº 514/2005 – 1ª Renovação – 1ª Retificação, a Companhia desenvolve ações de caráter socioambiental, buscando sustentabilidade para o reservatório e as comunidades do seu entorno. A LO determina a execução de mais de 20 programas socioambientais, com ações implementadas por equipe multidisciplinar e por empresas especializadas, sob a orientação e coordenação do Diretor Presidente conforme apresentado a seguir.

Programa de Comunicação Social

Em atendimento à condicionante 2.1 (r) da LO, o Programa visa informar aos moradores dos municípios de abrangência da UHE Corumbá IV e aos novos frequentadores atraídos pela existência do lago a respeito das ações socioambientais desenvolvidas pela Companhia e sobre questões ambientais e culturais da região.

Em 2018, foram produzidas 83 matérias dentro do Programa de Comunicação e outras 188 por veículos da mídia do entorno, Distrito Federal e nacionais, que somaram 302 clippings (registro de matérias publicadas na mídia). No mesmo período, foram produzidos e distribuídos 14.000 Informativos UHE Corumbá IV, referentes a três edições, entregues em pontos estratégicos dos sete municípios do entorno do reservatório, de forma a garantir a distribuição prioritária para os moradores e frequentadores do empreendimento Corumbá IV. O site institucional da Companhia integra as mídias que publicam material informativo produzido pelo Programa de Comunicação.

Veículo de Comunicação		Números de 2018
Informativos UHE Corumbá IV	Produção de 3 edições e distribuição de 14.000 exemplares.	
Matérias	Produção e divulgação de 83 matérias em meios de comunicação.	
Clippings	Produção de 302 clippings de matérias produzidas pela Ascom CCSA e pela mídia.	
Eventos	Cobertura jornalística de 39 eventos.	

Participação no 8º Fórum Mundial da Água

De 17 a 23 de março de 2018, a Corumbá Concessões esteve como expositora no 8º Fórum Mundial da Água, apresentando os resultados do projeto “Água Viva: Uso e Conservação”, implementado nos municípios do entorno do reservatório, de 2015 a 2017, e de outros projetos socioambientais voltados para a preservação dos recursos hídricos. Uma média de 5.000 pessoas passaram pelo estande ao longo do evento e puderam conhecer as iniciativas ambientais de conservação da água implementadas pela Companhia, a partir de diferentes tecnologias.

Primeiramente, os visitantes foram convidados a fazer um passeio virtual pela Usina, através de óculos 3D; em seguida, puderam conhecer as etapas e as três tecnologias sociais do Água Viva (construção de barraginhas e de fossas ecológicas, e plantio de mudas do Cerrado para a recuperação de áreas degradadas), pelo livro virtual na mesa interativa “multitouch”. Os visitantes foram convidados, também, a participar de um desafio com perguntas em forma de “Quis” para concorrerem a brindes e, além disso, puderam assistir a vídeos sobre outros projetos e ações socioambientais da empresa, com o uso de leitor de QR code. A Companhia ainda concorreu a premiações com o trabalho implementado.



Programa de Educação Ambiental

Em atendimento às condicionantes 2.1 (p) e 2.17 da LO, o Programa se aplica à população do entorno do reservatório através de oficinas e eventos educativos. É composto por 4 linhas de ações, 10 projetos e o Programa de Educação Ambiental do Trabalhador (PEAT), voltados para a preservação do meio ambiente e também para a valorização da cultura local. Em 2018, foram beneficiadas diretamente cerca de 5.598 pessoas nos municípios do entorno.

Através dos cursos e oficinas em Educação Ambiental trabalhou-se a formação de agentes ambientais nos municípios de abrangência e para trabalharem no PEA. Além disso, este programa apoiou ações e realizou diversas atividades de educação ambiental em unidades de ensino localizadas em áreas rurais no entorno do reservatório de Corumbá IV.

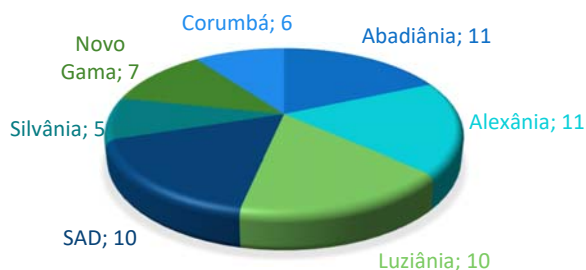
A Agenda 21 escolar promoveu palestras para professores e teatro de fantoches com os alunos das escolas participantes. As Abordagens Via Lago e as Paradas Ecológicas são meios pedagógicos para abordar turistas e moradores, no que tange ao descarte adequado do lixo, preservação da APP do reservatório e respeito a cultura local.

Dentre os projetos, destacamos o curso de recuperação de áreas degradadas que foi ministrado em duas comunidades rurais em Luziânia/GO e em Abadiânia/GO. Esse projeto foi desenvolvido com a finalidade de proporcionar uma política cultural de valorização dos recursos naturais, incentivando moradores, turistas e comunidades rurais a se reconhecerem como parte integrante do ambiente e que suas interferências neste ambiente podem ser positivas ou negativas.

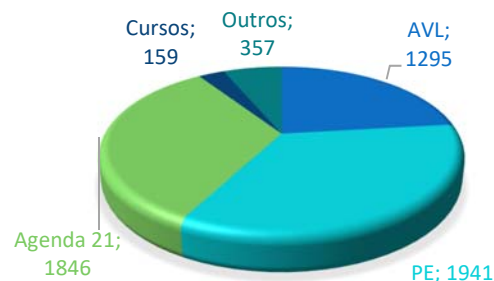
No âmbito do projeto “Qualidade Ambiental e Sustentabilidade em Comunidades Rurais” visou-se a capacitação cognitiva das comunidades almejando a gestão de conflitos, democratização de informações e socialização de conhecimento voltados à geração de renda. Nesse sentido foram ministrados os cursos de Educação Ambiental e Apicultura Avançada (Comunidade Pontezinha – Santo Antônio do Descoberto/GO) e de Educação Ambiental e Fruticultura do Cerrado (Comunidade Pirapitinga – Luziânia/GO).

Foram distribuídos materiais de divulgação da Educação Ambiental, como cartilhas de temas diversos, como – Cerrado, turismo e Cultura, Agenda 21 escolar, resíduos sólidos, informativos da Companhia e folders diversos (fiscalização, cerrado, ictiofauna). Explorou-se, através de conteúdos educativos, a interface do PEA com Área de Preservação Permanente; ictiofauna, qualidade da água, recuperação de áreas degradadas, comunicação social, fiscalização e Alternativa Produtiva.

Quantidade de Atividade por Município



Público do PEA



Sendo SAD: Santo Antônio do Descoberto/GO; AVL: Abordagem Via Lago; PE: Parada Ecológica

Curso - Recuperação de áreas degradadas



Agenda 21



PEAT



Programa de Atenção Básica em Saúde

Em atendimento às condicionantes 2.1 (q) e 2.18 da LO, o Programa objetiva a promoção de ações de educação em saúde e atendimentos médicos buscando melhorar a qualidade de vida da população do entorno do reservatório. Anualmente são solicitados os dados epidemiológicos da Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária dos municípios.

Em 2018, além da coleta dos dados epidemiológicos, a Companhia realizou o evento denominado Saúde Rural, um dia com diversos atendimentos médicos e sociais para a população das comunidades: Indaiá II, Rabo de Cavalo, Sarandi, Mantiqueira, Mato Grande, Pirapitinga, Retiro, Samambaia, Assentamento Buriti e Comunidade Mandioccal, todas em Luziânia/GO. O Saúde Rural atingiu cerca de 400 pessoas entre os atendidos e os participantes.

Categoria	Público
Clínico geral	42
Optometrista	40
Doação de óculos	40
Odontologia	19
Vacinas	14

Categoria	Público
Exames Papanicolau	12
Assessoria jurídica	3
Maquiagens	32
Cortes de cabelo	21
Pintura artística de rosto	40
Lazer (mesas de jogos)	56

Total de pessoas atendidas no evento: 319;

Total de pessoas presentes no evento: 400

Nos meses de outubro, novembro e dezembro, também foram realizados 6 cursos de capacitação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes Comunitários de Endemias (ACE) de 6 municípios do entorno da UHE Corumbá IV, sendo 1 curso de 16 horas para cada município. O Projeto objetivou a melhoria da qualidade de trabalho, prevenção de doenças e acidentes, promoção de saúde para os agentes de saúde e também conteúdos para que eles possam orientar devidamente a população sobre determinadas doenças e quando procurar atendimento adequado.

Os temas trabalhados em cada município foram determinados conforme reuniões com os secretários e os coordenadores da atenção básica de cada município, sendo eles:

Município	Temas Trabalhados	Público	Horas
Abadiânia	Saneamento básico e saúde ambiental Mortalidade materna Biologia e controle do caramujo africano Doenças de veiculação hídrica Prevenção e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis Acolhimento na Atenção Primária à Saúde	40	16
Alexânia	Saneamento básico e saúde ambiental Biologia do caramujo africano Doenças de veiculação hídrica Teoria e prática de montagem de fossa séptica	54	16
Corumbá de Goiás	Saneamento básico e saúde ambiental Mortalidade Materna Acolhimento na Atenção Primária à Saúde Biologia e controle do caramujo africano	30	16
Luziânia	A importância de se ter uma alimentação saudável Agente Comunitário de Saúde: Aspectos históricos e legais Saneamento básico e saúde ambiental Doenças de veiculação hídrica Tuberculose Hanseníase Mortalidade materna	30	16
Santo Antônio do Descoberto	Saneamento básico e saúde ambiental Mortalidade Materna Biologia e controle do caramujo africano Acolhimento na Atenção Primária à Saúde	80	16
Silvânia	Saneamento básico e saúde ambiental Vetores (Dengue, Chikungunya, Zica) Acidente Ofídico Biologia e controle de escorpiões Biologia e controle do caramujo africano	57	16

Programa de Alternativas Produtivas

Em atendimento às condicionantes 2.1 (o) e 2.16, o programa visa subsidiar as comunidades rurais de meios para alavancar seu potencial econômico. No ano de 2018 o projeto desenvolvido foi o “Mãos Produtivas – Comércio Institucional de Alimentos na Agricultura Familiar”.

O projeto teve como investimento cerca de R\$ 200.000 em 30 unidades familiares, sendo cerca de 150 pessoas diretamente beneficiadas na comunidade de Pontezinha, em Santo Antônio do Descoberto/GO. Primeiramente houve uma preparação documental da cooperativa, capacitações, treinamentos e assistência técnica para a otimização da produção de alimentos agroecológicos e posteriormente haverá a comercialização institucional, visando à geração de renda na região. É estimada uma venda anual de cerca de R\$ 210.000 dos alimentos produzidos pelos participantes do projeto.

Categoria	Quantidade	Horas
Assistência Técnica	100	200
Capacitação	7	55
Mobilização	7	16
Mutirão	7	40
Reunião	31	85

Total de ações realizadas: 152

Programa Energia Com Responsabilidade Socioambiental

Em atendimento à condicionante 2.20 da LO, os projetos sociais deste programa visam interferir de forma positiva na vida cotidiana de moradores de entorno do reservatório da UHE Corumbá IV, por meio de ações e investimentos na cultura local, meio ambiente, educação, saúde. Desta maneira a Companhia, busca ser um agente de contribuição social nos municípios do entorno do reservatório.

Doações e Patrocínios socioculturais

- *Cavalhadas de Corumbá de Goiás* - festa tradicional que acontece em Corumbá de Goiás/GO.
- *Coral Vozes Sertanejas* – Corumbá de Goiás/GO
- UNAPESCA
- *Programa Agrinho*: Em 2018, o tema do Programa Agrinho foi “O Brasil que queremos: Seja protagonista”. Escolas de Luziânia e Alexânia ficaram entre as 11 melhores do Município Agrinho e concorreram ao sorteio de prêmios cobiçados pelos participantes: um veículo e uma moto zero km. A 4ª Escola Polo Municipal dos Americanos, de Luziânia - GO, ficou entre as vencedoras dessa categoria e ganhou uma moto zero km. A escola Geminiano Ferreira de Queiroz, de Alexânia, também ficou entre as melhores escolas de Goiás da categoria.



Programa de Monitoramento e Apoio à Fiscalização

Em atendimento à condicionante 2.1 (t) da LO, o Programa tem o objetivo de preservar a função socioambiental da Área de Preservação Permanente (APP) e colaborar com a Superintendência (SUPES) do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) no DF, que desde 2007 mantém esta parceria de fiscalização, tendo sido intensificada nos últimos anos.

Em 2018, além da fiscalização diária efetuada pelos fiscais da Companhia, foram realizadas 7 campanhas de fiscalização das irregularidades APP do reservatório da UHE Corumbá IV em parceria com o IBAMA SUPES/DF. A partir das informações coletadas e consolidadas pelo Departamento de Meio Ambiente, os dados foram encaminhados por meio de relatórios mensais ao IBAMA.

Foram enviadas ao IBAMA cerca de 247 ocorrências registradas pelos fiscais de bacia. Foram realizadas cerca de 101 autuações, embargos e notificações pelo IBAMA na área de influência do reservatório. A preservação da APP, via rigorosa fiscalização, é instrumento de preservação e recomposição da mesma.

Fiscalização IBAMA: Supes/DF



A parceria da Corumbá Concessões com SUPES/DF foi além das campanhas de fiscalização, tendo a Corumbá participado da semana do meio ambiente e da barreira ecológica.



Programa de Segurança e Alerta

Em atendimento às condicionantes 2.1 (s) e 2.21 da LO, este programa visa aplicar ações para proporcionar a segurança da área de influência da Usina Hidrelétrica de Corumbá IV, tanto a jusante como a montante do reservatório. O trabalho é preventivo e consiste em alertar as comunidades ribeirinhas dos possíveis riscos em caso de cheia do rio Corumbá, além de normatizar ações de segurança na utilização, operação, manutenção e instalação de equipamentos e maquinários da usina.

No âmbito da capacitação dos trabalhadores na UHE, em 2018 foram realizados os seguintes treinamentos e capacitações em atendimento às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e da Lei 6.514/1978. No total foram capacitados 22 funcionários, contabilizando um total de 375 horas de treinamento:

- **NR 23: Proteção Contra Incêndios:** Prevenção de combate ao incêndio, primeiros socorros e resgate;
- **NR 05 (CIPA):** Comissão Interna de Prevenção de Acidentes realizou a Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho (SIPAT).

Além da capacitação periódica, cabe destacar a execução anual do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) – NR 09 e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) – NR 07, referentes, respectivamente, ao controle de riscos ambientais e à promoção da saúde dos empregados da Companhia.

Visando o atendimento da Resolução ANEEL nº 696/15, e como parte integrante dos procedimentos da Política Nacional de Segurança de Barragem (Lei nº 12.334/10) foi elaborado relatório do Estudo de Ruptura do Barramento da UHE Corumbá IV e consequente revisão do Plano de Segurança de Barragens.

Programa de Monitoramento de Qualidade da Água

Em atendimento às condicionantes 2.1 (g) e 2.7 da LO nº 514/2005 – 1ª Renovação – 1ª Retificação, este programa visa monitorar diversos parâmetros físico-químicos e microbiológicos para avaliar a qualidade da água dos afluentes e do reservatório da UHE Corumbá IV. O monitoramento da qualidade da água do reservatório e de seus tributários é realizado trimestralmente na rede amostral composta por 23 pontos de monitoramento (37 amostras), analisando 27 parâmetros de qualidade da água.

Local	Nº de Pontos	Amostras
Cursos d'água (rios)	15	15
Reservatório	8	22

Total de pontos: 23

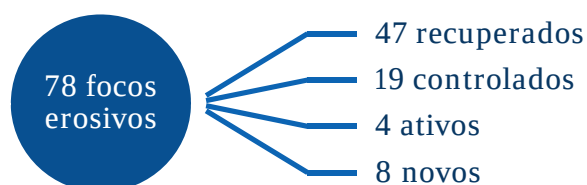
Total de amostras (diferentes profundidades): 37

De uma maneira geral, a qualidade da água do reservatório apresenta parâmetros físico-químicos e microbiológicos em concentrações e quantidades dentro do limite estabelecido para as classes 2 e 3 da Resolução Conama nº 357/05. As condições mais críticas de qualidade da água dos tributários no ano de 2018 foram obtidas no rio Descoberto e rio das Antas cuja qualidade da água não se enquadra nessas classificações, devido ao lançamento de esgoto das estações de tratamentos da Saneago localizadas a montante dos referidos rios, representando porém reduzido volume em face de todo o montante de água do reservatório.

Programa de Monitoramento de Encostas Marginais e Processos Erosivos

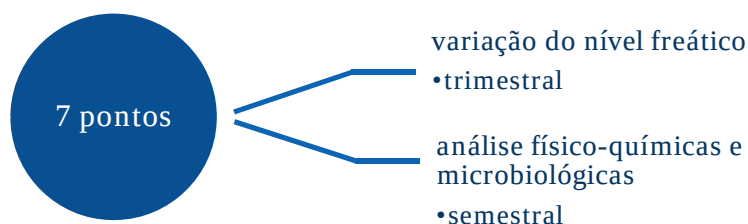
Em atendimento às condicionantes 2.1 (e) e 2.6 da LO nº 514/2005 – 1ª Renovação – 1ª Retificação, este programa, através do monitoramento contínuo das encostas marginais, objetiva identificar e controlar os processos erosivos do entorno do reservatório da UHE Corumbá IV.

Dos 78 pontos de monitoramento nas encostas marginais do reservatório e à jusante, 08 são novos, 47 encontram-se recuperados e 19 focos estão controlados. Os 04 focos ativos são de baixa vulnerabilidade, devido ao solapamento causado pela variação do nível do reservatório e localizam-se em áreas íngremes, abaixo da cota de operação, não sendo possível nenhuma intervenção.



Programa de Monitoramento da Elevação do Lençol Freático

Em atendimento às condicionantes 2.1 (d) e 2.5 da LO nº 514/2005 – 1ª Renovação – 1ª Retificação, o monitoramento do lençol freático possibilita avaliar, por meio de poços de monitoramento, a variação do nível e da qualidade dos aquíferos subterrâneos da área de influência direta do reservatório. A rede de monitoramento é composta por 07 piezômetros instalados nas principais bacias de contribuição do reservatório da UHE Corumbá IV. As campanhas de coleta de dados são trimestrais, sendo que a cada semestre realiza-se coleta de amostras de água subterrânea para análises físico-químicas e microbiológicas.



Conforme determinado pelo IBAMA, este monitoramento deveria perdurar por no mínimo mais 5 anos (2016), então o relatório final conclusivo está em elaboração e será encaminhado juntamente com os relatórios consolidados do ano de 2018, protocolados no IBAMA em abril de 2019.

Programa de Monitoramento e Controle de Macrófitas

Em atendimento às condicionantes 2.1 (k) e 2.9 da LO nº 514/2005 – 1ª Renovação – 1ª Retificação, este programa visa acompanhar e controlar a evolução qualitativa e quantitativa das espécies de macrófitas. A dinâmica das macrófitas no reservatório da UHE Corumbá IV é influenciada por diversos fatores, sendo principalmente de natureza antrópica, visto que o reservatório, devido à sua extensão geográfica, possui diferentes cenários de uso e ocupação das microbacias hidrográficas de seus tributários, além de diversas fontes contaminantes.

O monitoramento para o acompanhamento e controle das macrófitas no braço dos rios Antas e Descoberto é realizado trimestralmente. Em 2018 foram retiradas, por meio do barco 420 Series Harvesters, cerca de 3.414,88 m³ de macrófitas do espelho d'água. Destes, cerca de 40% foram transformados em adubo orgânico ensacado em sacos de 50 kg destinados a doações e utilizados em outros programas ambientais.

Programa de Monitoramento Sedimentológico

Em atendimento às condicionantes 2.1 (c) e 2.4 da LO nº 514/2005 – 1ª Renovação – 1ª Retificação, este programa objetiva avaliar o aporte e deposição sedimentar dos principais afluentes do reservatório da UHE Corumbá IV, objetivando manter o bom funcionamento e vida útil do mesmo.

Para acompanhamento do aporte de sedimentos ao reservatório, as medições são realizadas trimestralmente, em 6 estações hidrométricas instaladas nos principais tributários, à montante do reservatório. Em atendimento à Resolução Conjunta nº 03 ANA-ANEEL (2010), o monitoramento é realizado, diariamente, através dos dados coletados por sensores automáticos e enviados por satélite para uma central terceirizada.

De maneira geral, os dados hidrossedimentológicos obtidos nas seis estações, localizadas nos rios Descoberto, Areias, Corumbá, Alagado, Antas e rio Corumbá a jusante da barragem-Corumbá IV, refletiram o comportamento sazonal, típico de rios da região do Cerrado.

Programa de Proteção à Ictiofauna

Em atendimento às condicionantes 2.1 (j) e 2.14 da LO, este programa objetiva promover a conservação da ictiofauna e avaliar em caráter qualitativo e quantitativo a estrutura da comunidade ictiofaunística presente na área de influência da UHE Corumbá IV, e com base nesse conhecimento, buscar a redução dos impactos negativos deste empreendimento sobre a ictiofauna local.

Durante as campanhas realizadas em 2018, foram capturados nos sete pontos amostrais 961 indivíduos de 32 espécies, distribuídas em 13 famílias e quatro ordens:

Ordem	Nº de Indivíduos
Characiformes	415
Siluriformes	349
Perciformes	195
Gymnotiformes	2

O ponto amostral que apresentou a maior quantidade de indivíduos foi o P1 (Antas), no entanto não é o de maior riqueza, apenas 13 espécies. O ponto de maior riqueza foi à jusante da barragem, no Rio Corumbá (P7), 22 espécies diferentes.

Ponto	Local	Nº de Indivíduos
P1	Reservatório – Antas	231
P2	Reservatório – Corumbá	91
P3	Reservatório – Areias	97
P4	Reservatório – Descoberto	82
P5	Reservatório – Alagado	104
P6	Reservatório – Corumbá (Ilha dos Macacos)	138
P7	Jusante – Rio Corumbá	218

Total de 961 indivíduos

Diagnóstico de Impacto Sociocultural e Econômico

O Programa continua em ação por meio dos outros programas de socioeconomia, visto que é transversal a todos os antigos “subprogramas”, sendo assim está em atendimento nos seguintes programas:

- *Energia com Responsabilidade Socioambiental*
- *Educação ambiental*
- *Revegetação da APP*
- *Projeto de Alternativas Produtivas*

Programa de Monitoramento Sismológico

Em atendimento à condicionante 2.1 (b) da LO nº 514/2005, foi realizado e encaminhado ao IBAMA um relatório retroativo do monitoramento das atividades sísmicas eventualmente induzidas pela formação do reservatório referente ao período de janeiro de 2010 a abril 2018. (13/06). Em junho de 2018 a Companhia encaminhou novo ofício reforçando o pedido de suspensão do programa.

Programa de Fontes Contaminantes

Em atendimento às condicionantes 2.1 (f) e 2.8 da LO, em 2013 o IBAMA considerou a condicionante atendida e solicitou um relatório quinquenal conclusivo. O relatório final conclusivo está em elaboração e será encaminhado juntamente com os relatórios consolidados do ano de 2018, protocolados no IBAMA em abril de 2019.

Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais (Pacuera)

Conforme solicitado pelo IBAMA, a divulgação do PACUERA está paralisada desde janeiro de 2014, estando suas diretrizes em andamento através de outros programas que seguem suas orientações.

Programa de Revegetação de APP

Não houve atividade no Programa no ano de 2018. Conforme atestado em estudos anteriores a presença de gado na APP atrapalha o processo de revegetação, a Companhia vem apostado em medidas qualitativas para a manutenção da APP, como campanhas de fiscalização e o monitoramento diário dos fiscais de bacia.

Está em andamento um novo levantamento para comparar e analisar o quantitativo recuperado naturalmente em 5 anos, podendo concluir se a taxa de sucesso de revegetação natural similar à intervenção.

Programa de Monitoramento Climatológico

Em atendimento às condicionantes 2.1 (a) e 2.3 da LO, foi protocolado em março de 2014 o relatório consolidado e parecer técnico que apresentaram que não houve alteração no microclima da região de influência da UHE Corumbá IV. Dessa forma, solicitou-se o encerramento do monitoramento. Em junho de 2018 a Companhia encaminhou novo ofício reforçando o pedido de suspensão do programa.

Programa da Fauna Silvestre

Não houve atividade no Programa no ano de 2018. O Plano de Trabalho em atendimento às recomendações do IBAMA foi encaminhado para o mesmo em abril de 2017, e não houve resposta do órgão até então. Em junho de 2018 a Companhia encaminhou novo ofício lembrando a análise do plano.

Programa de Monitoramento dos Vetores

Não houve atividade no Programa no ano de 2018. A Companhia encaminhou relatório conclusivo em outubro de 2013 e solicitou a suspensão do programa, mas não obteve resposta do IBAMA sobre sua continuidade. Em junho de 2018 a Companhia encaminhou novo ofício reforçando o pedido de suspensão do programa.

Visitas Técnicas Institucionais

Com o objetivo de fornecer informações institucionais relacionadas à história da Usina Hidrelétrica Corumbá IV, sua estrutura, dados técnicos e seus programas de responsabilidade socioambiental, a empresa faz agendamentos de visitas acompanhadas de equipe especializada. No ano de 2018 foram recebidas cerca de 597 visitantes na Usina.

Mês	Público
Janeiro	75
Março	45
Abril	30
Maio	99
Junho	81
Agosto	97
Setembro	37
Outubro	33
Novembro	48
Dezembro	52
TOTAL	597



Corumbá Concessões S.A.
Demonstrações financeiras e relatório da
administração
Dezembro de 2018

Corumbá Concessões S.A.



Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	1º de janeiro de 2017	Passivo e patrimônio líquido	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	1º de janeiro de 2017
		(Nota 2.18)	(Nota 2.18)			(Nota 2.18)	(Nota 2.18)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	68	259	2.690	Fornecedores (Nota 10)	3.630	3.435	4.615
Contas a receber (Nota 4)	18.240	19.208	19.417	Debêntures (Nota 11)	72.492	360.294	414.663
Adiantamentos	252	216	125	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	7.875	1.619	740
Tributos a recuperar (Nota 5)	544	3.304	12.191	Pesquisa e desenvolvimento – P&D (Nota 13)	2.118	2.848	1.792
Despesas antecipadas (Nota 6)	976	1.009	1.019	Obrigações trabalhistas e sociais	586	546	515
Outros ativos (Nota 7)	2.757	3.913	1.424	Obrigações tributárias (Nota 5 (c))	2.458	2.224	1.064
	<u>22.837</u>	<u>27.909</u>	<u>36.866</u>	Compromisso com outorga – Uso do bem público (Nota 14)	1.663	1.555	1.461
				Dividendos propostos (Nota 17 (c))	3.800	682	453
				Outros passivos	394	265	611
					<u>95.016</u>	<u>373.468</u>	<u>425.914</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Fornecedores (Nota 10)	131	131	131
Tributos diferidos (Nota 5)	45.928	52.288	53.486	Debêntures (Nota 11)	215.598	-	-
Tributos a recuperar (Nota 5)	979	979	979	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	19.403	22.646	8.446
Despesas antecipadas (Nota 6)	6.656	7.477	8.303	Provisão para causas judiciais (Nota 15)	48.329	48.479	47.473
Cauções e depósitos vinculados (Nota 11)	11.181	12.071	17.023	Compromisso com outorga – Uso do bem público (Nota 14)	26.883	26.696	26.546
	<u>64.744</u>	<u>72.815</u>	<u>79.791</u>	Pesquisa e desenvolvimento – P&D (Nota 13)	-	48	557
Imobilizado (Nota 8)	548.941	565.621	581.970	Obrigações tributárias (Nota 5 (c))	1.969	2.280	2.565
Intangível (Nota 9)	6.525	6.921	7.318	Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 16)	41.427	41.427	41.427
	<u>620.210</u>	<u>645.357</u>	<u>669.079</u>		<u>353.740</u>	<u>141.707</u>	<u>127.145</u>
				Patrimônio líquido (Nota 17)			
				Capital social	171.517	171.517	171.517
				Ajuste de avaliação patrimonial	(16.292)	(16.292)	(16.292)
				Reservas de lucro	39.066	2.866	(2.339)
					<u>194.291</u>	<u>158.091</u>	<u>152.886</u>
Total do ativo	643.047	673.266	705.945	Total do passivo e do patrimônio líquido	643.047	673.266	705.945

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Corumbá Concessões S.A.



Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2018	2017
		(Nota 2.18)
Operações continuadas		
Receita líquida (Nota 19)	165.750	184.304
Custo dos serviços de energia elétrica (Nota 20)	(65.545)	(116.270)
Lucro bruto	100.205	68.034
Resultado operacional		
Despesas administrativas (Nota 21 (a))	(7.311)	(6.802)
Outras despesas administrativas		
Reversão/Constituição provisão (Nota 21 (b))	150	(1.006)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	93.044	60.226
Receita Financeira (Nota 22)	2.091	2.868
Despesa Financeira (Nota 22)	(34.789)	(53.726)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	60.346	9.368
Imposto de renda e contribuição social – corrente (Nota 5 (b))	(13.986)	(2.283)
Imposto de renda e contribuição social – diferido (Nota 5 (b))	(6.360)	(1.198)
Lucro Líquido do exercício	40.000	5.887
Quantidade de ações ao final do exercício – Em milhares	566.248	566.248
Lucro Líquido do exercício por lote de mil ações – Em reais	70,64	10,40

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Corumbá Concessões S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 17 (d))	Reservas de lucros		Lucro/Prejuízo acumulados (Nota 2.18)	Total
			Legal	Retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2016 (originalmente apresentado)	171.517	(16.292)	238	2.311		157.774
Ajustes			(238)	(2.311)	(2.339)	(4.888)
Em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)	171.517	(16.292)			(2.339)	152.886
Lucro do exercício					5.887	5.887
Constituição de Reservas (Nota 17 (e))			294	2.572	(2.866)	
Dividendos propostos (Nota 17 (c))					(682)	(682)
Em 31 de dezembro de 2017	171.517	(16.292)	294	2.572		158.091
Lucro do exercício					40.000	40.000
Constituição de Reservas (Nota 17 (e))			2.000	34.200	(36.200)	
Dividendos propostos (Nota 17 (c))					(3.800)	(3.800)
Em 31 de dezembro de 2018	171.517	(16.292)	2.294	36.772		194.291

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Corumbá Concessões S.A.



Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2018	2017
Resultado do Exercício	40.000	5.887
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total dos Resultados Abrangentes do Exercício	<u>40.000</u>	<u>5.887</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Corumbá Concessões S.A.



Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	60.347	(Nota 2.18) 9.368
Ajustes		
Depreciação e amortização	18.037	17.155
Constituição de provisões	(150)	1.006
Juros, variações monetárias sobre empréstimos	32.697	50.858
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	968	209
Fornecedores	(195)	(1.180)
Tributos a recuperar (Nota 5 (a))	2.760	8.887
Despesas antecipadas	854	836
Outros ativos e passivos	(2.360)	2.253
Caixa proveniente das operações		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(13.485)	(1.276)
Juros pagos	(27.279)	(50.926)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	72.194	37.190
Fluxos de caixa das atividades investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado (*)		
Outros	(983)	(540)
Caixa líquido aplicado nas atividades investimentos	(983)	(540)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de financiamentos	(73.414)	(54.147)
Captação de recursos (Nota 12)	1.330	14.613
Dividendos pagos	682	453
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(71.402)	(39.081)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(191)	(2.431)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	259	2.690
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	68	259

(*) Os valores apresentados referem-se ao efetivo desembolso de caixa/equivalentes de caixa conforme exemplo da página 24 do CPC 03.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Corumbá Concessões S.A. (“Companhia”) foi constituída em 6 de setembro de 2000 e tem por objeto social a atividade de exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Corumbá IV, através de um empreendimento de construção e exploração de geração de energia elétrica da USINA CORUMBÁ IV, situado no rio Corumbá, no Município de Luziânia, Estado de Goiás, para a produção de energia elétrica e demais obras complementares.

O Contrato de Concessão nº 93/2000, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 8 de dezembro de 2000, garante à Companhia o direito de exploração do potencial de energia elétrica da Central Geradora Corumbá IV, com potência instalada de 127 MW. O Contrato de Concessão prevê que a energia elétrica produzida pela Central Geradora Corumbá IV pode ser comercializada ou utilizada pela Companhia. A Concessão tem prazo original de 35 anos, podendo ser prorrogada ao final, tendo sido estendido em 533 dias pela repactuação do risco hidrológico (95 dias) e pelo Despacho nº 283/2017, publicado no DOU em 02/02/2017, onde foi deferido o pedido de recomposição do prazo da outorga com extensão por 438 dias, mediante aditamento ao Contrato de Concessão nº 93/2000-ANEEL.

A Companhia obteve a Licença de Operação – LO em 22 de dezembro de 2005 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. A geração comercial da 2ª unidade iniciou-se em 01 de abril de 2006 e da 1ª unidade no dia 8 de abril de 2006. Na data de 18 de abril de 2012 o IBAMA divulgou o documento, renovando a Licença de Operação nº 514/2005 – 1ª Renovação, com validade de 18/04/2012 a 26/03/2020. Após novos estudos de viabilidade técnica, na data de 26 de março de 2014, foi emitida a 1ª Retificação da Licença de Operação nº 514/2005 – 1ª Renovação, autorizando o alteamento da cota de operação máxima normal para 842,60m. Com o aumento da cota máxima operacional da barragem em + 0,60 m (842,6 m total), a garantia física da Companhia passou de 76 MW médios para 78,6 MW obtidos (0,6 MW relativos ao ganho local e 2,0 MW relativos aos ganhos de energia na cascata (benefício indireto) ao fim de 2017. A partir de janeiro de 2018, a garantia física total foi reduzida para 75,2 MW médios dado revisão ordinária realizada pelo Ministério de Minas e Energia – MME (Portaria nº 387, de 19 de dezembro de 2017, da Secretária de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 20 de dezembro de 2017).

A Companhia atua focada nas metas e ações correspondentes, definidas pelo Conselho de Administração, através dos planos de negócios aprovados, administrando seus recursos de forma otimizada, procurando progressivamente adequar sua estrutura patrimonial e prazos, rentabilizando o empreendimento. Dentre as principais ações tomadas e previstas pela administração buscando esses objetivos, destacam-se:

- . Redução do custeio a níveis de excelência;
- . Otimizar os resultados da operação comercial, inclusive atuando sobre ações anteriores no intuito de buscar melhorias operacionais;
- . Buscar parcerias com órgãos regulatórios de forma a vislumbrar alternativas de efficientização energética;
- . Firmar parcerias junto às comunidades vizinhas e órgãos de fiscalização de forma a manter o lago e seu entorno preservado ambientalmente;
- . Rebalancear o capital de giro líquido, reduzindo o passivo circulante progressivamente e os custos de financiamentos, adequando à capacidade de geração de caixa operacional;
- . Investir em processos de governança corporativa (código de ética, manual do fornecedor, processo de compras e contratos, Intranet Corporativa, etc.); e
- . Buscar aumentos de receitas na geração de energia elétrica, via aumento de energia assegurada e aumento do prazo de concessão.

Não obstante a classificação temporária do saldo de debentures do não circulante para o circulante em 2017 (Nota 11), a exemplo do ocorrido em dezembro de 2016, a Companhia obteve “waiver” dos debenturistas para esse ponto para 2017 em maio de 2018.

Corumbá Concessões S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A Companhia na condição de associada da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE, foi beneficiada em julho/2015 pela liminar proferida nos autos do processo nº. 34944-23.2015.4.01.3400, em trâmite na 20ª Vara Federal, que teve por objeto o fim da cobrança das Liquidações Financeiras associadas ao aumento do GSF (“Generating Scaling Factor”). Com a alternativa de repactuação do risco hidrológico (“seguro” contra GSF) oportunizada pela Lei 13.203/2015, bem como as normatizações estabelecidas pela ANEEL, a Companhia após estudos técnicos, e as devidas aprovações nas esferas competentes, optou por assinar a repactuação hidrológica com o produto SP90 (consolidada no despacho ANEEL nº 215 de janeiro de 2016), que, em linhas gerais, limita o risco hidrológico (GSF) futuro a um montante máximo de perda de 10% da sua energia assegurada, isenta a Companhia do pagamento do prêmio desse seguro até 07 de dezembro de 2035 e, ainda, estende a Concessão em 95 dias, passando a mesma para 12 de março de 2036. Com a opção de repactuação, a Companhia desiste da liminar judicial que a protegia do GSF (Nota 6).

2 Resumo das principais políticas contábeis**2.1 Base da preparação**

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas em 08 de março de 2019.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e normas aplicáveis às empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, estabelecidas pelo Poder Concedente, Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e evidencia todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, recuperação de impostos de renda e contribuição social e outros impostos. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas (Nota 2.17).

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.3 Ativos circulante e não circulante

Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis.

2.4 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

2.5 Ativos financeiros**Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da 7 de 31

Corumbá Concessões S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, no reconhecimento inicial, determinado pela administração.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data-base do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Estão incluídas nessa categoria as aplicações financeiras classificadas em Caixa e equivalentes de caixa.

Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros, mensurados ao valor justo através do resultado, são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

2.6 Contas a receber

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial, pelo valor presente e deduzidas, quando for o caso, da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que os clientes não serão capazes de liquidar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Não há evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores de acordo com os prazos originais das contas a receber.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não monetários são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável será calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o

8 de 31

Corumbá Concessões S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados em uma única unidade geradora de caixa. Não foram identificadas evidências de perdas não recuperáveis nesses ativos.

2.8 Intangível

As relações contratuais e o Direito de Uso do Bem Público - UBP, são reconhecidas pelo valor justo, têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período de concessão.

2.9 Imobilizado

A Companhia registra seus bens pelo custo de aquisição em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pela Resolução Normativa-ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, sendo depreciados pelo método linear com base na vida útil econômica estimada, conforme às taxas mencionadas na Nota 8.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado foram capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

2.10 Contas a pagar aos fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.11 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo no recebimento dos recursos líquidos dos custos da transação. Estão demonstrados pelos valores devidos de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos.

Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data-base do balanço. A taxa efetiva é de 128% do CDI (Nota 11 e 12).

2.12 Provisões

Provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando:

- . a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados;
- . é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- . o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação, relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Corumbá Concessões S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de tributos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferença entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando-se alíquotas de tributos (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os tributos diferidos ativos e passivos se relacionam com os tributos incidentes pela mesma autoridade tributável, sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.14 Compromisso de outorga – Uso do bem público

O saldo de compromisso de outorga é registrado pelo valor presente das contraprestações das obrigações constantes no contrato de concessão.

2.15 Passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridos.

2.16 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Os adiantamentos para futuros aumentos de capital realizados, sem que haja a possibilidade de sua devolução, são registrados no Patrimônio Líquido, após a conta de capital social. Caso haja qualquer possibilidade de sua devolução, são registrados no Passivo Não Circulante.

2.17 Estimativas e premissas críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas a seguir.

Revisão da vida útil do ativo imobilizado

Para estimativas referentes ao tempo de vida útil do ativo imobilizado, utilizamos as taxas da Resolução Normativa nº 367 da ANEEL de forma prospectiva.

Corumbá Concessões S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Recuperação do imposto de renda, contribuição social e outros impostos diferidos

Julgamento e estimativas significativos da administração são requeridos para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que podem ser reconhecidos, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

A Companhia, estima por meio de estudos financeiros internos que a implementação do plano de ação referente em conjunto com os resultados positivos de suas operações, gerarão lucro tributário que será suficiente para compensar os tributos diferidos (diferenças temporárias, base negativa e prejuízos fiscais) no prazo aproximado de 3 anos.

2.18 Reapresentação das demonstrações financeiras**- Extinção do Regime Tributário de Transição (RTT) - FIP**

Após estudo realizado sobre os efeitos da adoção inicial da Lei nº 12.973/2014, considerando o disposto no inciso IV, do art. 69, foi apurada a diferença negativa de R\$ 1.861, que deverá ser adicionada pela Companhia na apuração do IRPJ/CSLL, em quotas fixas mensais, durante o prazo restante de vigência do contrato de concessão no valor mensal de R\$ 7. Referido montante foi apurado mediante a desconsideração dos efeitos da despesa com correção do FIP nos ajustes devido a extinção do Regime Tributário de Transição - RTT.

- Extinção do Regime Tributário de Transição (RTT) - Outorga

Sobre os ajustes de exercícios anteriores realizados em 2010, relativos a Outorga, verificamos que no valor da atualização financeira do passivo, registrado contra ajustes de exercícios anteriores no patrimônio líquido da Companhia (R\$ 15.192), não foi contemplado pelos ajustes após a extinção do Regime Tributário de Transição - RTT, e, tão pouco, pela metodologia de apuração de IRPJ/CSLL oriunda da adoção inicial da Lei nº 12.973/2014. Assim, entendemos que a partir da adoção inicial da Lei nº 12.973/2014, o montante em questão (R\$ 15.192 mil) é passível de exclusão nas bases de cálculo de IRPJ/CSLL da Companhia, em quotas fixas mensais, durante o prazo restante de vigência do contrato de concessão no valor mensal de R\$ 57, por referir-se, em última análise, a uma diferença positiva, apurada nos termos do inciso IV, do art. 69, da Lei.

- IRPJ/CSLL diferidos

Ainda sobre os ajustes citados acima, houve a baixa proporcional referente aos IRPJ/CSLL diferidos constituídos na época sobre diferença temporária adoção Lei 12.973/2014.

- Reclassificação Imobilizado

Fizemos ainda a reclassificação de terrenos para a classificação "Reservatório", onde verificamos que se referem a propriedades alagadas para fins de formação do reservatório artificial da UHE Corumbá IV pois são terrenos sem valor comercial, nos termos da Resolução Normativa nº 367/2009. Desta forma houve o impacto referente a depreciação retroativa.

Desta forma, representamos o saldo em 01 de janeiro de 2017 e em 31 de dezembro de 2017, ajustando as respectivas contas em contrapartida a conta de Reserva para contingência.

Corumbá Concessões S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balço Patrimonial	31 de dezembro de 2018		
	original	ajustes	ajustado
Ativo			
Circulante	21.201	1.636	22.837
Não circulante			
Realizável a Longo Prazo	67.135	(2.391)	64.744
Imobilizado	556.454	(7.513)	548.941
Intangível	6.525		6.525
	<u>630.114</u>	<u>(9.904)</u>	<u>620.210</u>
	<u>651.315</u>	<u>(8.268)</u>	<u>643.047</u>
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante			
Fornecedores	3.630		3.630
Debêntures	72.492		72.492
Empréstimos e financiamentos	7.875		7.875
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	2.118		2.118
Obrigações trabalhistas e sociais	586		586
Obrigações tributárias	2.458		2.458
Compromisso com outorga – Uso do bem público	1.663		1.663
Dividendos propostos	3.800		3.800
Outros passivos	394		394
	<u>95.016</u>		<u>95.016</u>
Não circulante			
Fornecedores	131		131
Debêntures	215.598		215.598
Empréstimos e financiamentos	19.403		19.403
Provisão para causas judiciais	48.329		48.329
Compromisso com outorga – Uso do bem público	26.883		26.883
Obrigações tributárias	1.969		1.969
Adiantamento para futuro aumento de capital	41.427		41.427
	<u>353.740</u>		<u>353.740</u>
Patrimônio líquido	<u>202.559</u>	<u>(8.268)</u>	<u>194.291</u>
	<u>202.559</u>	<u>(8.268)</u>	<u>194.291</u>
	<u>651.315</u>	<u>(8.268)</u>	<u>643.047</u>

2.19 Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A administração revisou seus ativos e passivos financeiros e espera o seguinte impacto da adoção da nova norma em 1º de janeiro de 2018:

Os instrumentos de dívida que atualmente são classificados como disponíveis para venda satisfazem as condições de classificação ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e, portanto, não haverá alteração na contabilização desses ativos.

As novas regras serão aplicadas retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018, com os expedientes práticos permitidos de acordo com a norma. Os comparativos para 2017 não serão

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

atualizados, exceto em relação às variações no valor justo dos contratos futuros de câmbio, que serão reconhecidos nos custos da reserva de Hedge.

IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

A administração espera os seguintes impactos da adoção da nova norma em 1º de janeiro de 2018:

. Não é esperado impacto na mensuração da receita e quando ela é reconhecida.

A administração irá adotar as novas regras a partir de 1º de janeiro de 2018, adotando a método retrospectivo modificado, isto é, sem a reapresentação das cifras comparativas do ano anterior (2017) e com os impactos acumulados da adoção inicial lançados integralmente contra lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	1º de janeiro de 2017
Caixa	4	-	5
Banco BTG Pactual – Conta (i)	11	198	2.624
Banco do Brasil S.A. – Conta corrente	53	61	61
	68	259	2.690

(i) Os saldos não contêm a última parcela das faturas de fornecimento da CEB Distribuição S.A. devido o efeito calendário de recebimento.

4 Contas a receber

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembr o de 2017	1º de janeiro de 2017
CEB Distribuição S.A. (i)	18.240	19.208	18.318
Outros (ii)	-	-	1.099
	18.240	19.208	19.417

(i) Referem-se aos valores a receber provenientes do fornecimento de energia para a CEB Distribuição S.A., de acordo com o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado em 7 de março de 2002 e seus termos aditivos. O saldo em 2016 contém a última parcela da fatura de competência novembro/2016, que foi recebida em Janeiro/2017, devido efeito calendário de recebimento. O saldo em 2017, da mesma forma, contém a última parcela da fatura de competência novembro/2017, que foi recebida em janeiro/2018, devido o efeito calendário de recebimento. O saldo em 2018 contém o valor parcial da fatura emitida em Novembro/2018, que não foi quitada no vencimento, tendo sido paga em Janeiro/2019.

(ii) Contrato de venda da sobra de energia com a comercializadora do BTG.

Corumbá Concessões S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Tributos
(a) Tributos a recuperar e diferidos

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	1º de janeiro de 2017
Imposto de renda e contribuição social diferidos (*)	45.928	52.288	53.486
PIS e COFINS a recuperar (**)	-	1.121	10.814
Outros	1.523	3.162	2.356
	47.451	56.571	66.656
Circulante	(544)	(3.304)	(12.191)
Não Circulante	46.907	53.267	54.465
Diferidos (***)	45.928	52.288	53.486
Outros	979	979	979

(*) Valores referentes ao Imposto de renda e contribuição social sobre o prejuízo fiscal, contingências jurídicas e diferença temporária adoção Lei 12.973/2014.

(**) Em 1º de janeiro de 2017, refere-se a crédito de PIS/COFINS de operações de compra de energia com alíquota não cumulativa (principalmente operações de Liquidação Financeira do mecanismo de realocação de energia – MRE). Com a previsão de piora do cenário hídrico e deslocamento da geração das geradoras hidroelétricas (GSF), a Companhia não vislumbra cenário futuro de compensação de eventuais créditos tributários relacionados à compra de energia no passado. Sendo assim, foi feita a baixa dos mesmos em Maio/2017, no montante de R\$ 10.000. Em 2018, houve baixa do restante do crédito de PIS/COFINS no montante de R\$ 985 devido a previsão de piora do cenário hídrico e não previsão de compensação de eventuais créditos tributários relacionados à compra de energia no passado.

(***) Em 2018 houve a baixa de parte do imposto referente a diferença temporária adoção Lei 12.973/2014. Projeções internas indicam a realização do ativo fiscal diferido, relacionado ao Prejuízo Fiscal, nos próximos 3 anos.

(b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal está demonstrada a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	60.346	9.368
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação – Despesa (Benefício)	20.518	3.185
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Ajustes permanentes	(123)	238
Despesas indedutíveis		
Outras	(255)	
Provisão para riscos e passivos contingentes	(51)	342
Prejuízo fiscal compensado no exercício	(6.103)	(1.482)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício - corrente	13.986	2.283

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2018	2017
Resultado Fiscal do Exercício	17.951	(4.516)
Provisão para riscos e passivos contingentes	(150)	1.006
Outros	905	(14)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício - diferido	6.360	(1.198)

Corumbá Concessões S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Obrigações Tributárias

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	1º de janeiro de 2017
Imposto de renda e contribuição social – corrente	1.345	1.130	2
PIS e COFINS corrente	534	530	505
Retenções	159	157	165
Parcelamentos	2.360	2.660	2.928
Outros	29	27	29
	4.427	4.504	3.629
Circulante	(2.458)	(2.224)	(1.064)
Não Circulante (i)	1.969	2.280	2.565

(i) Refere-se a parcelamento de tributos pelo prazo de 12 anos.

6 Despesas antecipadas

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	1º de janeiro de 2017
Repactuação (GSF) (i)	7.480	8.301	9.123
Outras	152	185	199
	7.632	8.486	9.322
Circulante	(976)	(1.009)	(1.019)
Não Circulante	6.656	7.477	8.303

(i) Repactuação (GSF) - movimentação

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	1º de janeiro de 2017
Saldo inicial em 1º de janeiro	8.301	9.123	7.888
Constituição			
Transferência saldo (reduzora passivo para despesas antecipadas)			2.059
Amortização	(821)	(822)	(824)
	7.480	8.301	9.123
Circulante	(976)	(824)	(824)
Não circulante	6.504	7.477	8.299

De janeiro até julho de 2015 a Companhia registrou despesas importantes com as liquidações financeiras mensais no MRE (R\$31.725) explicado pela ocorrência de valores elevados de GSF (“Generation Scalling factor”) – que reduz a energia assegurada da Usina - aliado a preços de liquidação das diferenças (PLD) majorados pelo despacho de usinas térmicas. A partir desta data, contudo, a companhia em ação coletiva (Ação n. 0034944-23.2015.4.01.3400 em trâmite na 20ª Vara Federal) por intermédio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes (APINE), conseguiu liminar suspendendo os pagamentos relativos às retrocitadas liquidações financeiras, por entender que essas se situavam acima dos valores razoáveis.

Com a alternativa de repactuação do risco hidrológico (“seguro” contra GSF) oportunizada pela MP 688 e posterior Lei 13.203/2015, bem como as normatizações estabelecidas pela ANEEL, a Companhia optou por assinar a repactuação hidrológica com o produto SP90 (consolidada no despacho ANEEL nº 215 de janeiro de 2016), que, em linhas gerais, limita o risco hidrológico (GSF) futuro a um montante máximo de perda de 10% da sua energia assegurada, isenta a Companhia do pagamento do prêmio desse seguro até 07 de dezembro de 2035 e, ainda, estende a Concessão em 36 dias, passando a mesma para 24 de maio de 2037. Com a opção de repactuação, a Companhia abre mão da liminar judicial que a protegia do GSF.

Corumbá Concessões S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Como a Lei 13.203/2015 retroage a janeiro de 2015, seus efeitos no balanço energético da Companhia e os consequentes lançamentos contábeis, devem ser então considerados também como se os mesmos fossem válidos desde essa data, de acordo com a classe de produto de “seguro” escolhido (SP90). Como o produto de seguro escolhido limitou o risco da Companhia em 10% (de redução da energia assegurada pelo GSF) ainda em 2015, foi calculado pelo Anexo 2 da Resolução Normativa ANEEL nº 684, que a companhia faria jus a uma compensação financeira relativa aos valores a maior pagos/provisionados à título de liquidação financeira em 2015. Isto é, esta compensação tenta anular os efeitos financeiros de tudo que foi pago ou provisionado para as liquidações do MRE que excederam o teto estabelecido pelo produto SP90 (descontados os pagamentos de prêmio de seguro do ano de 2015). Dessa forma, segundo o Anexo 2 da Resolução Normativa ANEEL nº 684, a Companhia tem direito a uma compensação total de R\$ 9.947, contabilizado em 2015. Este valor será amortizado em 11 anos.

7 Outros ativos

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	1º de janeiro de 2017
Banco Bradesco – Garantia CCEE (i)	732	1.536	560
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento	2.010	2.366	852
Outros	15	11	12
	2.757	3.913	1.424

(i) Refere-se à garantia de curto prazo depositada no Banco Bradesco (custodiante da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE) para fazer face às exigências desta Câmara, no que diz respeito à Liquidação Financeira de energia no MRE.

8 Imobilizado
(a) Composição

			31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	1º de janeiro de 2017	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	(*) Taxa média anual de depreciação %
Imobilizado em serviço – Usina						
Terrenos	818		818	94.678	94.278	
Reservatório, barragens e adutoras (i)	569.005	(127.891)	441.114	358.234	369.682	2,78
Máquinas e equipamentos (ii)	169.324	(65.112)	104.212	109.568	114.623	4,55
Veículos e embarcações	3.199	(1.147)	2.052	2.757	3.007	14,08
Imobilizado em serviço – Administração						
Computadores e periféricos	667	(422)	245	54	58	16,67
Móveis e utensílios	215	(177)	38	44	49	6,28
Outros	860	(398)	462	286	273	19,62
	744.088	(195.147)	548.941	565.621	581.970	

(i) Inclui, entre outros, obras civis executadas pelo acionista Serveng Civilsan S.A. por meio de contrato de empreitada a preço fechado.

(ii) Refere-se às turbinas e equipamentos relacionados. A depreciação vem sendo calculada com base em taxa média determinada pela ANEEL.

(*) Os percentuais utilizados são calculados com base em taxa determinada pela ANEEL, sendo que os valores residuais poderão ser indenizados pela União em caso de não renovação da concessão ao final do prazo de 35 anos.

Os valores da tabela acima atendem a Resolução Normativa nº 674 da ANEEL de forma prospectiva.

(b) Movimentação

	2018	2017
Saldo inicial em 1º de janeiro	565.621	581.970
Aquisições	983	540
Baixas	(170)	(131)
Depreciação (i)	(17.493)	(16.758)
	548.941	565.621

(i) Em 2018 houve reclassificação de terrenos, onde verificamos que se referem a propriedades alagadas para fins de formação do reservatório artificial da UHE Corumbá IV pois são terrenos sem valor comercial, nos termos da Resolução Normativa nº 367/2009.

Corumbá Concessões S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Intangível
(a) Composição

			31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	1º de janeiro de 2017	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	Taxa média anual de amortização %
Contrato de conexão (i)	744	(238)	506	535	566	2,9
Direito de uso do bem público (ii)	12.865	(6.846)	6.019	6.386	6.752	2,9
	13.609	(7.084)	6.525	6.921	7.318	

(i) Refere-se ao valor presente líquido dos encargos de conexão à rede de distribuição associados à transferência patrimonial de bens (Subestação de Santa Maria) para a CEB Distribuição S.A.

(ii) Refere-se ao valor do contrato de concessão na modalidade de Uso do Bem Público (UBP) reconhecidos desde a assinatura do contrato de concessão pelo seu valor original e amortizado pelo prazo da concessão.

(b) Movimentação

	2018	2017
Saldo inicial em 1º de janeiro	6.921	7.318
Amortização	(396)	(397)
	6.525	6.921

10 Fornecedores

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	1º de janeiro de 2017
Hedge (i)	1.615	1.675	3.014
Diversos	2.015	1.760	1.601
Credores diversos – Terrenos	131	131	131
	3.761	3.566	4.746
Circulante	(3.630)	(3.435)	(4.615)
Não circulante	131	131	131

(i) Giro do contas a pagar do Hedge (compra de energia) contratado para a cobertura da falta de lastro de energia.

11 Debêntures

O valor da garantia exigida pelo contrato de debêntures, conforme descrito anteriormente, está registrado na rubrica Cauções e depósitos vinculados no montante de 31 de dezembro de 2018 - R\$11.181 (31 de dezembro de 2017 - R\$12.071), no ativo.

Corumbá Concessões S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	1º de janeiro de 2017
Debêntures 2ª emissão – valor principal (*)	287.446	359.306	411.940
Encargos	644	988	2.723
	288.090	360.294	414.663
Circulante (**)	(72.492)	(360.294)	(414.663)
Não circulante	215.598	-	-

(*) Valores líquidos da comissão de estruturação, que serão diferidos pelo prazo da operação.

(**) De acordo com o CPC 26, item 74, houve a classificação do saldo, em 2017 e em 2016, do não circulante para o circulante. Esse fato se explica pela identificação prévia de ultrapassagem dos índices ("covenant") estabelecidos na cláusula 6.1 - item XXIV da Escritura da 2ª Emissão de Debêntures, estando os mesmos acima do máximo permitido, com potencial vencimento antecipado não automático. Informamos que esses índices são calculados em até 90 dias após a divulgação das demonstrações anuais, não se tratando assim de vencimento antecipado já em curso, pois não houve a comunicação formal ao agente fiduciário.

Foi obtido "waiver" em Fevereiro/2018, referente aos índices de 2017, possibilitando a reclassificação nesse ano dos valores do passivo circulante para o passivo não circulante.

	Debentures 1ª série	Debentures 2ª série
Saldo em 31/12/2017	140.683	219.611
Amortização (Principal + juros)	(47.020)	(53.083)
Juros	12.384	14.451
Comissão de estruturação	597	467
Saldo em 31/12/2018	106.644	181.446

2ª Emissão - 2014

A 2ª Emissão de debêntures, não conversíveis em ações da Companhia, é dividida em duas séries, uma Primeira Série da espécie quirografária com garantia fidejussória e real adicionais, a ser convolada em da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional; enquanto as Debêntures da Segunda Série serão da espécie quirografária, a ser convolada em da espécie com garantia real, cuja emissão foi aprovada na 1ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2014.

As Debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação no montante total da Emissão, com a intermediação do Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador Líder") e do Banco Bradesco BBI S.A. ("BBI" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"). Como banco liquidante e escriturador/mandatário o Bradesco S/A.

Características da Emissão:

Valor Nominal Unitário: R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais);

Quantidade de Debêntures: 963 (Novecentas e sessenta e três) Debêntures, sendo 540 (Quinhentas e quarenta) debêntures relativas à primeira série ("Debêntures da Primeira Série") e 423 (Quatrocentas e vinte e três) Debêntures relativas à segunda série ("Debêntures da Segunda Série");

Séries: A Emissão foi realizada em 02 (duas) séries;

Remuneração: equivalente a 128,0% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo (Taxa DI-Over);

Valor Total da Oferta Restrita: R\$481.500.000,00 (Quatrocentos e oitenta e um milhões e quinhentos mil reais);

Data de Emissão: 19 de dezembro de 2014;

Data de Integralização: 19 de dezembro de 2014;

Forma de Integralização: A integralização foi realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional por meio de procedimentos do Módulo de Distribuição de Ativos - MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP");

Corumbá Concessões S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Prazo de Vencimento: As Debêntures terão prazo de vencimento de 8 (oito) anos, contados da data de emissão;

Data de Vencimento: 19 de dezembro de 2022;

Banco Escriurador e Mandatário: Banco Bradesco S.A.;

Coordenadores Líderes: Banco BTG Pactual S.A. (“Coordenador Líder”) e do Banco Bradesco BBI S.A. (“BBI” e, em conjunto com o Coordenador Líder, “Coordenadores”);

Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários;

Código CETIP: Série 1 (“CRUM 12”) e Série 2 (“CRUM 22”).

Destinação dos Recursos: Os recursos captados com a Emissão foram utilizados para amortização de dívidas da Companhia, incluindo dívidas bancárias BNDES/BB e debêntures 1ª emissão e de processos judiciais e reforço do capital de giro;

Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário: o pagamento do Valor Nominal Unitário referente às Debêntures da Primeira Série será realizado pela Emissora aos Debenturistas em 94 (noventa e quatro) parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira devida em 19 de março de 2015 (inclusive). O pagamento reprogramado do Valor Nominal Unitário referente às Debêntures da Segunda Série será realizado pela Emissora aos Debenturistas a partir do 36º (trigésimo sexto) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 19 de dezembro de 2017 (inclusive), em 11 (onze) parcelas semestrais iguais e sucessivas, ocorrendo todo o dia 19 dos meses de junho e dezembro de cada ano, conforme o 3º (terceiro) Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures, assinado em 09 de junho de 2016;

Periodicidade de Pagamento da Remuneração: A remuneração das debêntures será paga mensalmente em parcelas iguais e sucessivas, a partir da data de emissão até a data de vencimento das Debêntures;

Garantias/Garantidoras: Como garantia real em cumprimento às obrigações, principais e acessórias: (i) Alienação Fiduciária (a) de 146.953.256 (cento e quarenta e seis milhões, novecentas e cinquenta e três mil e duzentas e cinquenta e seis) ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade da Serveng e da C&M (“Garantidoras”), representativas, nesta data, de 25,95% (vinte e cinco inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) do capital social da Companhia (“Percentual Alienado” e “Ações”, respectivamente); e (ii) Cessão Fiduciária de (a) todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes do Contrato de Concessão do Complexo Energético Corumbá IV, incluindo, sem limitar, os direitos creditórios bem como todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrente da exploração da Concessão e que possam ser objeto de cessão fiduciária em garantia de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis e os direitos emergentes da Concessão, cujos valores deverão ser depositados na Conta Centralizadora (“Direitos Emergentes da Concessão”) e (b) de todos os valores que venham a ser depositados em determinada conta centralizadora na qual deverão necessariamente ser depositados e transitar todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes do Contrato de Concessão (“Conta Centralizadora”) e a Conta Centralizadora, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia Sob Condição Suspensiva (“Direitos Creditórios Cedidos” e “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios”, respectivamente); (iii) exclusivamente para a 1ª série (a) Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos listados no Contrato de Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos em Garantia Sob Condição Suspensiva, celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário (b) Como garantia das Debêntures da Primeira Série, cessão fiduciária de determinada conta corrente em garantia de titularidade da Companhia onde deverão ser depositados e mantidos, recursos referentes a, no mínimo, 3 (três) parcelas de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série (“Conta Garantia” e “Valor Mínimo da Conta Garantida”), observados os termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e outras Avenças, e, alternativamente à Cessão Fiduciária de Conta Garantia, em garantia das obrigações assumidas pela Companhia em relação aos Debenturistas da Primeira Série, fica contratação de carta de fiança bancária pela Companhia em valor equivalente ao Valor Mínimo da Conta Garantida (c) Ainda em garantia das debêntures 1ª série, “Garantia Fidejussória” onde a Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A., por ato específico e na melhor forma de direito, se obriga solidariamente com

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a Emissora pelo valor de R\$ 135.000 (cento e trinta e cinco milhões de reais) (“Valor da Fiança Corporativa”).

De acordo com o CPC 26, item 74, houve a classificação do saldo, em 2017 e 2016, do não circulante para o circulante. Esse fato se explica pela identificação prévia de ultrapassagem dos índices (“covenant”) estabelecidos na cláusula 6.1 - item XXIV da Escritura da 2ª Emissão de Debêntures, estando os mesmos acima do máximo permitido, com potencial vencimento antecipado não automático. Informamos que esses índices são calculados em até 90 dias após a divulgação das demonstrações desses exercícios, não se tratando assim de vencimento antecipado já em curso, pois não houve a comunicação formal ao agente fiduciário. A Companhia obteve “waiver” em 2017 e também em 2018.

Covenants Financeiros:

	Ano	Índice Meta	Índice Realizado
Dívida Líquida/ (EBITDA) (“Índice Financeiro Dívida Líquida”) Não ultrapasse os seguintes índices nos anos indicados:	2016	4,7	4,39
	2017	3,5	4,88
	2018 em diante	2,7	2,7
Dividendos Recebidos/ Serviço da Dívida das Debêntures (“Índice Financeiro Serviço da Dívida”)	2016 a 2022	Menor a 1,3x	0,0042 (2016) 0,0065 (2017) 0,0380 (2018)

12 Empréstimos e financiamentos

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	1º de janeiro de 2017
FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (a)	1.019	1.508	1.957
Contratos de Mutuo (b)	24.929	21.627	7.159
Banco Bradesco (c)	1.330	1.113	
Outros		17	70
	27.278	24.265	9.186
Circulante	(7.875)	(1.619)	(740)
Não circulante	(19.403)	22.646	8.446

Movimentação

	2018	2017
Saldo inicial em 1º de janeiro	24.265	9.186
Principal	1.330	14.613
Juros	3.438	1.156
Amortização	(1.755)	(690)
	27.278	24.265

(a) A Companhia desenvolve o Programa de Monitoramento e Controle de Macrófitas no Reservatório da UHE Corumbá IV, determinado nas condicionantes Licença de Operação. Como alternativa a este processo de remoção manual, a Companhia optou pela importação do Sistema de Remoção de Macrófitas composto de Barco Ceifador de Plantas Aquáticas e respectiva Esteira de Transferência de Carga. Para operacionalização desta aquisição foi firmada a Cédula de Crédito Industrial N° 40/01098-8 junto ao Banco do Brasil S.A. em 21 de dezembro de 2015, mediante recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste - FCO, conforme condições abaixo detalhadas:

Vigência: 60 meses (desde 12/2015)

Carência: 12 meses para as parcelas de amortização, com juros trimestrais durante este período de carência

Garantia: o próprio equipamento importado

Taxa Efetiva: 11,18 % a.a. (com bônus de adimplência de 15%)

(b) Em 2016, foram firmados contratos de mutuo com acionistas garantidores no valor total de R\$ 6.750 (firmado em Agosto/2016) a uma taxa de IGPM + 1% a.m compostos com prazo total de pagamento de 5 anos, sendo 36 meses de carência total e 24 meses de amortização.

Em Dezembro/2017, foram novamente firmados mútuos com acionistas garantidores no valor total de R\$ 13.500, sendo R\$ 9.740 a uma taxa de 128% CDI a.a e R\$ 3.760 a uma taxa de IGPM + 12% a.a (juros simples). O prazo total de pagamento será em 42 meses, sendo 18 meses de carência total e 24 meses de amortização.

(c) Utilização em Dezembro/2017 de conta garantida, tendo em vista não recebimento da 3ª parcela do PPA, dado efeito calendário/dia útil.

Corumbá Concessões S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

A Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica. O art. 2º da mencionada lei estabelece que as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico. Conforme dispõe o artigo 12 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, os investimentos em P&D acima descritos devem ser realizados da seguinte forma:

- 0,4% dos recursos devem ser depositados no FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico;
- 0,4% para projetos de P&D segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL;
- 0,2% são recolhidos para o MME (Ministério de Minas e Energia).

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	1º de janeiro de 2017
FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico			113
P&D	107	109	
MME (Ministério das Minas e Energia)	1.957	2.732	2.179
	<u>54</u>	<u>55</u>	<u>57</u>
	2.118	2.896	2.349
Circulante	<u>(2.118)</u>	<u>(2.848)</u>	<u>(1.792)</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>48</u>	<u>557</u>

14 Compromisso com outorga – Uso do bem público

A obrigação pelo uso do bem público originada da assinatura do Contrato de Concessão nº 01/2000 é devida mensalmente até o término do prazo de concessão com pagamentos mensais de R\$ 132 corrigidos anualmente pelo IGP-M, assim como, todo o saldo devedor da obrigação.

A administração da Companhia, de acordo com a OCPC 05, decidiu reconhecer um ativo intangível (Nota 9) em contrapartida à obrigação assumida, uma vez que o contrato de concessão na modalidade de Uso do Bem Público - UBP não é um contrato a executar, pois o Poder Concedente executou a parte que lhe cabia ao disponibilizar o acesso à infraestrutura existente, enquanto a Companhia assumiu o compromisso de efetuar os pagamentos contratuais por essa concessão.

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	1º de janeiro de 2017
Circulante	1.663	1.555	1.461
Não circulante	26.883	26.696	26.546
	28.546	28.251	28.007

15 Provisão para causas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível e trabalhista. A administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona integralmente os processos cujos riscos de perdas sejam classificados como prováveis.

As provisões para causas judiciais constituídas, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

Corumbá Concessões S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Composição (causas prováveis)

	Provisão para causas judiciais		
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	1º de janeiro de 2017
Saneago (i)	45.947	45.947	45.039
IBAMA (ii)	1.904	1.904	1.904
Desapropriação (iii)	331	331	166
Outros	147	297	364
	48.329	48.479	47.473

(b) Movimentação da provisão

	2018	2017
Saldo inicial em 1º de janeiro	48.479	47.473
Baixas/Reversões	(278)	(137)
Constituições	128	1.143
Saldo final em 31 de dezembro	48.329	48.479

De acordo com as práticas de governança corporativa e em linha com CPC 25, a Companhia possui o Comitê de Risco composto pelos escritórios de advocacia que prestam serviços à Companhia e pela administração. Durante o exercício de 2018, o Comitê mapeou todas as ações em curso, associando às mesmas probabilidades de sucesso, bem como decidiu estratégias de atuação individuais. O Comitê se reúne trimestralmente para reavaliar os riscos e promover ajustes quando necessário. A Companhia, na avaliação das suas causas judiciais, procurou sempre se ater à essência do risco e sua probabilidade de dano à Companhia.

Passivo Contingente – Ressarcimento e perdas e danos
(i) SANEAGO

Ação de cobrança movida por SANEAMENTO DE GOIÁS S/A – SANEAGO em desfavor da Companhia, distribuída em 16 de novembro de 2006, cujo pleito principal visava o ressarcimento/indenização de uma estação de captação de água bruta situada originalmente no Rio Corumbá e submersa pelo enchimento do lago da UHE Corumbá IV. SANEAGO sustenta que os prejuízos devidos pela Companhia eram de R\$ 24.021, orçado em outubro de 2006. A sentença julgou parcialmente procedente o pedido da SANEAGO, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização equivalente ao custo atual da obra submersa, nas mesmas dimensões e capacidades do fim específico, a ser apurado em procedimento de liquidação de sentença, com o auxílio de peritos judiciais e assistentes técnicos das partes. A condenação incluí mais 10% de honorários de sucumbência em favor da SANEAGO. Em 12 de maio de 2015, foi distribuída pela SANEAGO ação de liquidação de sentença, Processo nº 2015.01.1.053547-3, em curso na Décima Quarta Vara Cível de Brasília, na qual deverá ser apurado o valor real dos prejuízos materiais sofridos pela SANEAGO. O juízo nomeou três peritos oficiais para promoverem a perícia, sendo um engenheiro civil, um engenheiro mecânico e um economista. As partes nomearam assistentes técnicos e apresentaram quesitos. Em 19 de setembro de 2016, foi realizada audiência de conciliação para tentativa de acordo entre as partes, a qual restou frustrada, uma vez que a SANEAGO apresentou proposta para pagamento pela Companhia na ordem de R\$ 47.800. Em 18 de outubro de 2016, SANEAGO junta aos autos os projetos e edital de licitação da obra submersa. Em 07 de dezembro de 2016, foi protocolizada petição pela Companhia, apresentando manifestação em face dos documentos apresentados pela SANEAGO e formulando quesitos complementares. Em 15 de maio de 2017, foi proferida decisão interlocutória que converteu a liquidação provisória de sentença em definitiva e fixou os pontos que seriam objeto da perícia, estendendo a mesma às outras obras da SANEAGO não submersas. Em 24 de maio de 2017, foi protocolizado e despachado Embargos de Declaração ante referida decisão. Em 22 de 31

Corumbá Concessões S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

30 de junho de 2017, proferida decisão conhecendo e provendo os declaratórios da Companhia para aclarar a decisão anterior, no sentido de limitar a indenização às obras constantes do Termo de Compromisso celebrado em 2005 pelas partes, contudo, determinando que caberá aos peritos analisar todos os materiais aprovados e pagos pela demandante. Contra a referida decisão em 21 de julho de 2017 foi protocolizado Agravo de Instrumento pela Corumbá para discussão do custo atual da obra. Na mesma data os autos foram distribuídos para a 5ª Turma de Direito Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Despacho de memoriais em 26 de setembro de 2017. Em 20 de dezembro de 2017 foi proferida decisão pelo Desembargador Sebastião Coelho determinando a suspensão da perícia até o julgamento do Agravo de Instrumento. Em 13 de julho de 2018 foi protocolizada petição do Estado de Goiás requerendo o seu ingresso na lide. Agravo de instrumento provido por unanimidade em 18 de julho de 2018, para determinar que os parâmetros da liquidação de sentença devem ter por base a condenação da Companhia ao pagamento de indenização no valor de uma nova obra semelhante à contratada (conforme edital), não devendo ser levado em consideração o quanto a agravada teria despendido na época em que construiu a Obra Inacabada de Captação e EEAB, limitando-se a perícia aos itens efetivamente inundados. Em 31 de outubro de 2018 foi proferida decisão acolhendo o pedido de intervenção do Estado de Goiás. Em 16 de novembro de 2018 foi protocolizada petição da Corumbá juntando as guias de depósito relativas aos honorários dos peritos de engenharia civil e de engenharia mecânica e apresentando novo rol de quesitos consolidados. Em 29 de novembro de 2018 determinada a intimação do Estado de Goiás para apresentar nos autos documentos e informações que julgar importantes ao deslinde da causa. Mandado de intimação ainda não cumprido. A perícia de liquidação permanece suspensa. Valor atualizado da causa até Janeiro/18: R\$45.947.

(ii) IBAMA

Cuida-se de auto de infração ambiental nº 52.606/D aplicado pelo IBAMA em 29 de novembro de 2005 sobre suposto descumprimento de condicionantes da Licença de Instalação nº 281/04, referente ao aproveitamento hidrelétrico AHE Corumbá IV, o qual originou o processo nº 02001.007294/2005-39 na esfera administrativa do IBAMA. Em 25 de outubro de 2013, após apresentação de todas as defesas e recursos cabíveis, a Companhia foi intimada da decisão administrativa final do IBAMA que consolidou a multa aplicada, sendo notificada para o pagamento da mesma até a data de 20 de novembro de 2013. Em 07 de novembro de 2013, a Companhia ajuizou perante a 16ª Vara Federal do DF ação declaratória de nulidade, com pedido liminar, para suspensão de exigibilidade do crédito. Em 11 de junho de 2014, foi publicada sentença julgando o pedido da Companhia improcedente, para manutenção da multa aplicada pelo IBAMA. Foi apresentada Apelação Cível pela Companhia, com efeito suspensivo e devolutivo, a qual encontra-se pendente de julgamento, com parecer do MPF desfavorável à Companhia. A anulabilidade da autuação e da multa ainda se encontra em discussão judicial. Paralelamente ao processo judicial, a Companhia envida esforços para uma composição administrativa junto ao IBAMA, cujo pedido de revisão aguarda por análise do Núcleo de Instrução Processual (NUIP). Em 24 de outubro de 2017 foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto Presidencial nº 9.179/2017 prevendo a possibilidade de conversão de multas ambientais em serviços de preservação, melhoria e recuperação do meio ambiente. Em 19 de junho de 2018, na 6ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, o órgão colegiado deliberou pela adesão da Companhia à conversão, na modalidade indireta, da multa ambiental objeto do auto de infração nº 52606-D. Em 29 de agosto de 2018 foi protocolado no IBAMA o pedido de conversão da multa. Em 31 de dezembro de 2018, sem novidades, processo judicial pendente de julgamento e pedido de conversão junto ao IBAMA pendente de análise pelo referido órgão. Valor da provisão: R\$ 1.904.

(iii) Desapropriação - Engexplo Desmonte e Explosivos Ltda.

Trata-se de ação de desapropriação que tramita na 2ª Vara Cível da Comarca de Luziânia-GO, sob o nº 200401747799, referente a área rural atingida pela formação do reservatório da UHE Corumbá, em que não foi possível a composição amigável quanto ao preço da indenização do imóvel, nem quanto aos lucros cessantes da exploração de areia que existia no local. Ao tempo das negociações administrativas verificou-se que o imóvel possuía gravames e averbações em favor do INSS, impossibilitando a continuidade de tentativa de qualquer acordo administrativo amigável, sob pena

Corumbá Concessões S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

da Companhia responder por fraude contra credores. Na esfera judicial, após a realização de perícia e de apresentação de recurso de apelação, a Companhia foi condenada ao pagamento de indenização pelas terras e benfeitorias na ordem de R\$229 e condenação pelos lucros cessantes de exploração de areia na ordem de R\$291, totalizando uma condenação de R\$520 (depositado R\$ 189). Após apelação e demais recursos pertinentes, foi apresentado Recurso Especial pela Companhia, o qual até a presente data encontra-se pendente de julgamento. Em 31 de dezembro de 2018 sem novidades, os autos permanecem conclusos ao Ministro Relator. Valor da provisão: R\$ 331.

Demais causas judiciais

	2018	2017
Remota (*)	6.668	6.879
Possível	160	160

(*) Dentro das causas consideradas como remotas, encontra-se uma ação anulatória proposta pela Companhia em face do IBAMA na data de 17 de setembro de 2014, em trâmite na 9ª Vara da Justiça Federal do DF, a fim de obter a anulação de auto de infração ambiental aplicada ao tempo da fase de enchimento do lago da UHE Corumbá IV, no valor histórico de R\$ 3.850, por suposto descumprimento das condicionantes de resgate de fauna e de supressão de vegetação. Em 19 de setembro de 2014 foi deferido o pedido liminar para, imediatamente, suspender a exigibilidade da multa administrativa, bem como suspender a inscrição da Companhia no CADIN. Atualmente, o processo encontra-se concluso para Sentença, com perspectiva de sucesso quanto ao reconhecimento da prescrição intercorrente e cancelamento da multa. Valor da Causa: R\$ 4.940.

Arbitragem – “CAM-CCBC”

Em 28 de julho de 2017, a Serveng protocolou perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá (“CAM-CCBC”) requerimento contra a Companhia a respeito (i) da incidência de correção monetária e juros legais (IGPM-FGV + 1% a.m.) sobre os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (“AFACs”), realizados pela Serveng entre os anos de 2006 e 2008, em valor histórico de R\$ 38.195, bem como (ii) sobre a conversão de tais AFACs em mútuo. Em 17 de agosto de 2017, a Companhia apresentou resposta ao requerimento de arbitragem. Em 28 de agosto de 2017, o CAM-CCBC intimou as partes a indicarem os seus respectivos árbitros. Em 08 de janeiro de 2018 a indicação dos árbitros foi confirmada e constituído o Tribunal Arbitral. Em 05 de fevereiro de 2018 as partes assinaram o Termo de Arbitragem. Em 19 de março de 2018 a Serveng apresentou suas alegações iniciais, na qual solicita o ajuste do valor da arbitragem para R\$165.084, considerando o pleito de correção monetária e juros, sustentado pela tese de que ao tempo e modo os acionistas não converteram os AFACs em aumento do capital social, portanto, caracterizando-se os adiantamentos de recursos financeiros em operações de mútuo passivas de remuneração. A Companhia apresentou resposta às alegações iniciais da Serveng em 23 de abril de 2018, sustentando que os AFACs não teriam sido convertidos em ações por mera inércia da Serveng em exigi-los. A Serveng apresentou sua réplica em 28 de maio de 2018. A tréplica da Companhia foi apresentada em 10 de julho de 2018. Ambas as partes pugnaram por produção de prova testemunhal, cuja audiência realizou-se nas datas de 29 e 30 de outubro de 2018 na sede da CAM-CCBC em São Paulo. Após audiência a Serveng apresentou nova documentação e parecer complementar perante a Câmara de Arbitragem. A Companhia teve prazo até 30 de janeiro de 2019 para se manifestar sobre os últimos documentos apresentados pela Serveng e paralelamente contratou parecer de especialista, Prof. Eduardo Munhoz, para corroborar a defesa apresentada pelos advogados da Companhia. Destaca-se, contudo, que a Serveng apresentou fortes argumentações e parecer de especialista renomado, Prof. Tavares Guerreiro, sobre o direito à correção monetária e aos juros legais sobre os valores aportados pela Serveng na Companhia e respectivos ajustes nas demonstrações financeiras da Companhia. Dito parecer e documentos apresentados pela Serveng, assim como os da Corumbá, se encontram em apreciação pelo Tribunal Arbitral. Recentemente, os advogados da Companhia apresentaram prognóstico de risco da arbitragem como perda possível. A data prevista para apresentação das alegações finais das partes é 12 de abril de 2019. Valor da Causa: R\$ 165.084, considerando o ajuste de valor estimado da controvérsia apontado pela Serveng em suas alegações iniciais (IGP-M + 1%), sendo que R\$38.195 já está registrado no balanço como Adiantamento para futuro aumento de capital.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em valores, prazos e taxas, considerando a natureza e características das transações.

	Ativo (passivo)	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Conta a receber - CEB Distribuição S.A. (Nota 4)	18.240	19.208
Contas a pagar – Mútuo (Nota 12)	24.929	21.627
Adiantamento para futuro aumento de capital (i)		
Serveng Cilvisan S.A.	(38.195)	(38.195)
CEB S.A.	(3.232)	(3.232)
	<u>(41.427)</u>	<u>(41.427)</u>

	Receita (despesa)	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Receita operacional bruta – CEB Distribuidora S.A.	171.255	169.044
Resultado financeiro (ii)	(3.301)	(968)

(i) Os valores foram constituídos de 2005 a 2008 a título de Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, estando pendente de classificação definitiva enquanto não for deliberado pelos Acionistas (Nota 15 - Arbitragem – “CAM-CCBC”).

(ii) Despesa de juros e correção com contratos de mútuo com acionistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, que inclui os diretores e membros do conselho fiscal foi de R\$ 867 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (2017 – R\$ 791).

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social é representado por 566.248.166 Ações Nominativas (2017 – 566.248.166) sendo 243.905.724 Ações Ordinárias Nominativas - ON, 322.342.442 Ações Preferenciais Nominativas - PN classe “PNA”, totalizando um capital subscrito de R\$ 171.517 (2017 - R\$ 171.517).

(b) Direitos de ações

As ações ordinárias nominativas gozam de preponderância nas decisões administrativas na proporção de 1 ação para 1 voto.

As ações preferenciais nominativas da Classe “A” não têm direito de voto e gozam das seguintes vantagens e preferências: (a) direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (b) prioridade na distribuição de dividendos; e (c) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio. As ações preferenciais nominativas da Classe “A” participam dos lucros remanescentes em igualdade de condições com as ações ordinárias, observado sempre o direito de perceberem dividendos, no mínimo, 10% (dez por cento) maiores do que os pagos às ações ordinárias. Pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classe “A” e de ações ordinárias.

Corumbá Concessões S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Dividendos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da legislação societária e Estatuto da Companhia, é assim demonstrada:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	1º de janeiro de 2017
		(Nota 2.18)	(Nota 2.18)
Resultado líquido do exercício	40.000	5.887	(2.339)
Constituição de Reserva Legal – 5%	(2.000)	(294)	
Base de cálculo dos dividendos	38.000	5.593	
Dividendos das ações ON (R\$ 6,34945 por lote de mil ações)	(2.251)	(404)	
Dividendos das ações PNA (R\$ 6,98439 por lote de mil ações)	(1.549)	(278)	
Reserva para retenção de lucros (e)	34.200	4.911	

Os acionistas da Companhia são:

- Serveng Civilsan S/A Empresas Associadas de Engenharia
- Companhia Energética de Brasília - CEB
- C & M Engenharia Ltda.
- Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB
- Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP
- CEB Participações S.A. – CEBPar

(d) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 2012, foi criada uma conta redutora de patrimônio líquido (“recompra de ações”) no valor original de R\$ 76.000 (valor original das ações do FIP-BRB) sendo ajustada em R\$ 59.708 (valor das ações do FIP-BRB após redução de capital de agosto de 2012) tendo em vista o resgate /cancelamento das mesmas. Portanto, o saldo remanescente de R\$ 16.292 foi registrado como ajuste de avaliação patrimonial.

(e) Reserva de lucros

Em 2017, após os dividendos mínimos, foi destinado o saldo restante para a reserva para contingências. Em 2018, após reserva legal, propõe-se complementar os valores previstos para a reserva para contingências e o restante como reserva de lucros a realizar dado a insuficiência de caixa.

	2018	2017
Saldo inicial em 1º de janeiro	2.866	
Reserva Legal	2.000	294
Retenção de Lucros	34.200	2.572
	39.066	2.866

Corumbá Concessões S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia tem como política contratar apólice de seguros para cobrir riscos operacionais, patrimoniais e cíveis, com cobertura e limites de indenização representando em 31 de dezembro de 2018, respectivamente, R\$ 508.581 (sendo R\$ 500.379 para danos materiais e R\$ 8.202 para lucros cessantes) e R\$ 338.202 para o LMI - Limite Máximo de Indenização.

19 Conciliação entre a receita bruta e a receita líquida

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2018	2017
Receita bruta		
CCVEE – Contrato de compra e venda de energia elétrica	171.255	169.044
Receita com Liquidação Financeira – MRE	822	1.548
Outras Receitas (*)		22.066
COFINS	(5.200)	(6.866)
PIS	(1.127)	(1.488)
Receita líquida	165.750	184.304

(*) Em 2017, se refere a operação de sazonalização de energia.

20 Custo dos serviços de energia elétrica

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2018	2017
Custos operacionais gerais (a)	12.364	10.745
Custo de energia elétrica (b)	26.655	80.442
Custo de uso do sistema de distribuição	4.510	4.769
Custo de compensação financeira – CFURH	1.946	1.111
Custo de pesquisa e desenvolvimento	1.619	1.627
Custo de fiscalização regulatória	414	421
Depreciação e amortização	18.037	17.155
	65.545	116.270

(a) Custos operacionais gerais

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2018	2017
Meio ambiente	3.976	3.537
Custo com mão de obra própria	3.449	3.065
Serviços profissionais – pessoa jurídica	113	126
Manutenção de Barragem/Usina	1.187	325
Seguro – Usina (i)	1.252	1.336
Manutenção de SE Linha de Transmissão	388	430
Preservação e segurança	661	636
Combustíveis e lubrificantes	492	525
Outros	846	765
	12.364	10.745

(i) Inclui valor de amortização do ativo regulatório (R\$ 829).

Corumbá Concessões S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Custo de energia elétrica

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2018	2017
Hedge + perdas (*)	23.450	41.318
MRE realizado	2.220	9.097
Sazonalização (**)	-	20.027
Baixa crédito PIS/COFINS MRE (***)	985	10.000
	26.655	80.442

(*) Em 2017 foi comprada energia no mercado “ex post” com deságio médio do PLD de cerca de 10% de forma a compensar o GSF maior desse ano, reduzindo em parte o resultado do MRE.

(**) Operação de compra e venda de energia que, no ano completo, se compensa (custo compra = custo venda), porém, o perfil de compra/venda pode variar a cada ano (Nota 19).

(***) Refere-se a baixa de crédito de PIS/COFINS devido a previsão de piora do cenário hídrico e não previsão de compensação de eventuais créditos tributários relacionados à compra de energia no passado.

21 Despesas administrativas e outras despesas operacionais, líquidas
(a) Despesas administrativas

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2018	2017
Pessoal	3.517	3.086
Tributárias	100	96
Outras (i)	3.694	3.620
	7.311	6.802

(i) Composição

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2018	2017
Serviços profissionais – pessoa jurídica (a)	2.032	1.769
Informática	385	350
Contribuições	140	130
Viagens	95	103
Legais/cartórios (b)	234	402
Aluguéis de imóveis	259	255
Pro labore conselho	111	119
Combustíveis	37	27
Indenização	35	58
Outros	366	407
	3.694	3.620

(a) Em 2017 registramos o pagamento a advogados para causas regulatórias no sucesso com o aumento do prazo da Concessão em 438 dias. Em 2018 registramos o pagamento a advogados para a causa Arbitragem – Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá (“CAM-CCBC”).

(b) Em 2018 e 2017 referem-se a taxas com o processo no Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá (“CAM-CCBC”).

(b) Outras despesas administrativas

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2018	2017
Provisão para causas judiciais	(128)	(1.143)
Reversão para causas judiciais	278	137
	150	(1.006)

Corumbá Concessões S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Resultado financeiro

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2018	2017
Receitas		
Receitas sobre aplicações (i)	1.216	2.809
Descontos obtidos	875	59
	<u>2.091</u>	<u>2.868</u>
Despesas		
Despesas correção/remuneração Debêntures (ii)	(26.835)	(49.059)
Despesas com financiamentos	(1.202)	(1.254)
Despesas financeiras com Outorga	(1.878)	(1.801)
Despesas com mútuo (iii)	(3.302)	(968)
Outros	(1.572)	(644)
	<u>(34.789)</u>	<u>(53.726)</u>
	(32.698)	(50.858)

(i) Referem-se a receitas com aplicação de recursos do caixa em operações compromissadas.

(ii) Correção e juros de debêntures (Série 1 - "CRUM 12" e Série 2 - "CRUM 22") registrando maiores valores em 2017 dado a maiores taxas da SELIC/CDI Em 2018 a amortização do principal também contribuiu para os menores encargos.

(iii) Mútuo constituído em 2016 (IGPM + 1% a.m.) e mútuo constituído em 2017 (128% CDI a.a. e; IGPM + 12% a.a. (juros simples)) onde registramos maior IGPM em 2018.

23 Gestão de risco financeiro
(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, financiamentos e debêntures. Adicionalmente, a Companhia não opera diretamente com instrumento financeiro derivativo.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis estão registrados pelo valor justo.

(b) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados são os valores realizáveis.

(c) Debêntures

A Companhia monitora frequentemente a evolução dos juros contratados como custos das debêntures (referenciado CDI) de forma a tomar atitudes de recontração das mesmas, caso esse indicador de custo descole do hedge natural da Companhia, que é o IGP-M sobre CCVEE (Contrato de compra e venda de energia elétrica). Na 2ª emissão de debêntures em 2014, o custo foi reduzido de 128,5% CDI para 128,0% CDI.

(d) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Corumbá Concessões S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Risco de crédito

A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.

(f) Risco de mercado
Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

(g) Risco de liquidez

O risco de liquidez é medido pela capacidade da Companhia cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo, tendo presente a sua estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de créditos disponíveis para captação de novos recursos e, principalmente seus fluxos de caixa. Na visão de 31/12/2017, os valores devidos da debentures foram reclassificados do passivo não circulante para o passivo circulante, dado ao não atingimento de “covenant” financeiro. Caso as tratativas comerciais não tivessem tido sucesso, a Companhia teria risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia que são liquidados em uma base líquida pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

(h) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. O único instrumento financeiro que a Companhia opera é a emissão de debêntures, onde o valor dos juros é sempre pago, restando apenas o saldo do valor principal devido.

(i) Instrumentos financeiros por categoria

	2018			2017		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial						
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	18.240		18.240	19.208		19.208
Caixa e equivalentes de caixa		68	68		259	259
	18.240	68	18.308	19.208	259	19.467

Corumbá Concessões S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2018	2017
	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos	315.368	384.559
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	32.307	31.686
	347.675	416.245

24 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm que aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

25 Compromisso

A Companhia firmou Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica em 7 de março de 2002 para fornecimento de energia para a CEB Distribuição S.A., onde anualmente deverá fornecer os seguintes montantes de energia:

	MWh/ano
2019	665.760
2020	665.760
2021	665.760
2022 a 2036	9.986.400
	11.983.680

* * *